

TRÊS X QUATRO

Jornal-Laboratório Comunicação UFRGS maio de 1986

CONSTITUINTE
Nova Constituição
exige participação
do povo brasileiro

Página Três

FERRAZ

Gráfica da UFRGS:
se continuar assim,
um dia vira museu

Página Oito

Angelo Sanders



TELEJORNALISMO



Tevê Pampa cria o telejornal Meridional

Os noticiários gaúchos
ocupam vídeo e
começam grandes
transformações

Página 11

Finalmente, um prédio só para Fabico

Página Central

Espaço
era um
problema
grave do
curso de
comunicação.
Mas não
o único.

DIPLOMA

Discussão sobre o fim do diploma
mobiliza jornalistas no Estado

Página Quatro

Hora de Repensar o 3x4

Entre discussões de alguns poucos alunos e descaso de tantos outros, está saindo o segundo número do nosso jornal.

As críticas e opiniões — da própria "redação" — quanto à edição de abril, foram muitas. Só depois que o nosso produto foi para a rua é que pudemos ter a dimensão real do que significa fazer um jornal-laboratório. Todos os que agora fazem os 3 x 4 tiveram — alguns durante muitos anos — uma formação teórico-prática de comunicação, e mais precisamente de jornalismo, que deveria lhes dar condições de encerrar o curso aplicando e defendendo aquilo em que acreditam. Mas, ao contrário, não é isso que se vê. A turma continua bastante desunida à nível de concepção de um jornal-laboratório. Muitas vezes o que acontece em nossa redação são discussões pouco aproveitáveis e que ficam na superficialidade de questões importantes.

Um exemplo: quando é discutida uma pauta, se sabe exatamente o que se está buscando e essa preposição deve ser perseguida pelo repórter como obrigatória. Só que na maioria das vezes o que acontece não é isso. Por diversas razões, a matéria se transforma em outra coisa, e com o consentimento de todos, ocorre uma verdadeira "hibridação". Não se conseguiu entrevistar a fonte, o entrevistado não disse aquilo que se queria ou qualquer outro imprevisto são motivos para se fugir da proposta inicial e se fazer uma matéria "mais fácil". Este fato, tomado no todo do jornal, mostra claramente o problema que existe nas faculdades de jornalismo e no próprio mercado de trabalho. Com a Universidade Brasileira abandonada ao longo de vinte anos, com um monopólio jornalístico injustificável em nosso Estado — e ainda uma grande discussão pela validade ou não do nosso diploma — talvez não seja tão surpreendente esta situação vivida dentro da FABICO. É provável que não sejam um nem dois os alunos que não sabem exatamente o que estão fazendo neste jornal. E a questão é ampla.

Afinal, o que é um jornal-laboratório? Um amontoado de matérias de alunos que "aprimoraram a técnica jornalística" em disciplinas de redação? Ou a junção desses conhecimentos com a função de um título, foto ou da distribuição de uma matéria numa página? O que ocorre é que realmente não se dá importância devida ao veículo que possuímos. Falta a ele uma unidade. Como jornal de faculdade, ele deve ser o catalisador do que acontece aqui dentro e que nos atinge. Como jornal de futuros profissionais de comunicação, ele terá de ser o retrato daquilo que nós acreditamos ser jornalismo. Só que fazemos o papel de alunos de um ensino precário, leitores de um jornal "insofocável" e profissionais que serão nivelados e remunerados por baixo.

É preciso que aconteça a mudança. E a forma que os formandos de jornalismo têm é essa: o 3 x 4. O começo então é repensar este espaço, estas doze páginas. Isso é apenas uma proposta. O resto depende de muito mais que uma boa idéia.

Festival sem público

Cinco horas da tarde do dia 12 de abril. O cenário é o hotel Serra Azul na aconchegante cidade de Gramado. A Sala de Imprensa está lotada. No saguão dezenas de crianças correm com caneta e papel na mão à procura de um artista da novela da Globo. A sala dos convites acaba de abrir e as pessoas buscam as suas vagas para o grande acontecimento da noite: a apresentação dos vencedores do 14º Festival de Cinema Brasileiro de Gramado.

Durante uma semana artistas, críticos, jornalistas e espectadores assistiram a filmes, debateram sobre os mais diversos assuntos e se divertiram na mais perfeita harmonia. Este Festival foi, sem dúvida, um dos mais importantes. Foram apresentados dez longas de alto nível técnico e de bom conteúdo. É claro que alguns filmes deixaram muito a desejar. Foi o caso de "Fulaninha", de David Neves, que além de ter defeitos primários, como erros de continuidade, possuía um roteiro mal-estruturado e diálogos malfeitos.

A participação dos artistas também foi notável. Mais de cem atores circularam durante a semana nos corredores da cidade de Gramado. Em relação ao público, bastava ver na frente do cinema a quantidade de gente que ficava de fora todas as noites, para se ter uma idéia do número de pessoas que prestigiou este Festival. A calçada do Cinema Embaixador ficava completamente tomada.

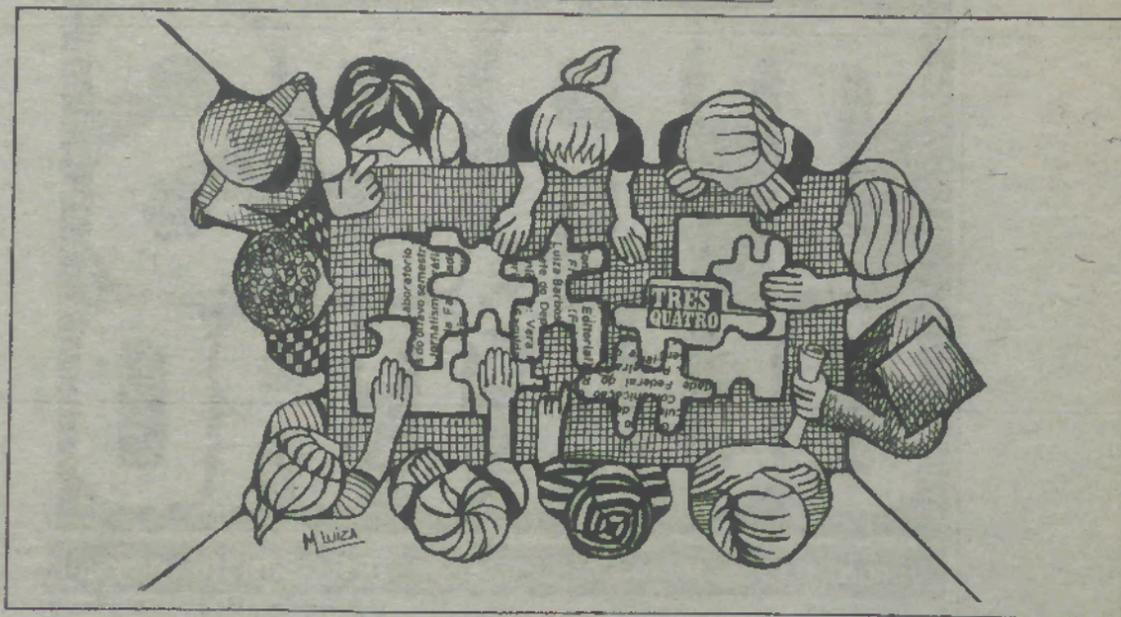
Agora a grande movimentação dos cineastas acabou e fica uma pergunta no ar: para que serve o Festival de Gramado? Se pegarmos como exemplo o Festival do ano passado, vamos ver que o filme vencedor, "Marvada Carne", de André Klotzel, recém está entrando em circulação nos cinemas do País. De que adianta mostrar os filmes somente para os críticos e para os cineastas?

A primeira conclusão que se chega é que o Festival não passa de um encontro de intelectuais brasileiros que, no fim, não leva a nada. Mas na verdade o raciocínio a ser feito não é este. O grande problema está na distribuição. Os cinemas do Brasil são obrigados a ocupar 140 dias do ano com uma programação exclusivamente nacional. Mas como os donos dos cinemas sempre alegam que estes filmes dão prejuízo e sempre ganham a causa na justiça, os brasileiros não conseguem assistir a filmes brasileiros.

Mesmo assim o Festival continua sendo importante pois é ele, com sua grande movimentação, que servirá de divulgador dos filmes nacionais. Quanto mais valor a imprensa e os próprios cineastas derem ao Festival, mais interesse o público terá de ver os filmes brasileiros e os exibidores não terão prejuízo.

Esperamos que o sucesso deste Festival tenha servido de estímulo para os distribuidores. Seria lamentável se o público não pudesse assistir a um filme como "O Homem da Capa Preta", de Sergio Rezende, ou "Filme Demência", de Carlos Reichenbach.

Thais Lopes



Rebarbas

■ O magnífico reitor da UFRGS, professor Francisco Ferraz, visitou a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, prometendo grandes reformas no prédio: o Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica — COESP —, que ocupa o quinto andar do prédio, e a Divisão de Materiais e Patrimônio, que ocupa o térreo, vão finalmente mudar-se. No projeto das reformas consta até uma nova porta de entrada, provavelmente devido ao enorme fluxo nas duas já existentes.

■ E a Gráfica da Universidade continua fazendo das suas. Desta vez quem foi pego de surpresa foi o Magnífico Reitor Francisco Ferraz. Suas "Agendas 86" só lhe foram entregues na metade de abril, e isto porque uma Gráfica privada deu uma "mãozinha". Talvez agora o Reitor entenda porque o Três X Quatro não é feito aqui, e sim na Zero Hora. Fato que, por sinal, nem ele próprio sabia.

■ O problema do número de usuários do transporte coletivo chegou à faculdade. Para ir ao Festival de Cinema de Gramado, o DABICO conseguiu um ônibus com quarenta lugares. Foram oito. Na volta, no entanto, a história foi bem diferente: O ônibus saiu lotado de Gramado, inclusive com gente que não pertencia à faculdade, e ainda deixou alunos que esperavam voltar nele na mão. E a hora do censo, exija o seu ticket.

■ Que a Universidade não investe na Faculdade de Comunicação todos sabem. Que as disciplinas de televisão desta faculdade são especialmente carentes também não é novidade para ninguém. O que muitas pessoas não sabem é que os alunos TEM QUE investir nelas. Os alunos de Produção e Difusão de Telejornalismo já eram obrigados a colocar seus carros na roda como "unidade-móvel" para transportar o equipamento ao local das externas, mas neste semestre surgiu um grupo em que ninguém tem carro. A solução foi fazer uma "vaquinha" para pagar um táxi. Espera-se que a Faculdade pelo menos faça um convênio com o Tele-Táxi para que os alunos paguem mais barato.

■ Visando desenvolver um meio de comunicação comunitário em vila popular a disciplina "Projeto Experimental em Jornalismo IV" tem exigido a ida periódica dos alunos às vilas da periferia do Campus da UFRGS.

Os professores, a teórica Rosa Nívea e o diagramador Rubens não participam das visitas. A professora alega "falta de tempo" e o seu colega simplesmente "medo".

TRES QUATRO

Jornal-Laboratório dos alunos do oitavo semestre do Curso de Jornalismo Gráfico e Audiovisual da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Segunda Edição do primeiro semestre de 1986, elaborada pelas turmas das disciplinas de Produção e Difusão de Jornalismo Gráfico e Projeto Experimental V, sob a coordenação dos professores Anibal Bendati, Pedro Maciel e Sérgio Caparelli.

Participam da edição do mês

de maio: Adrian Alexandri, Ana Luiza Freitas, Arthur Sá e Souza, Elton Berbigier, Enó Dagô Liedke, Jaqueline Chala, Karla Muller, Kátia Rocha, Laura Seligman, Léo Gerchmann, Lúcio Flávio Haeser, Luiz Antônio Neis, Luís Henrique Fontoura, Márcia R. Gomes, Maria Beatriz Andrade, Maria Luiza J. Barbosa, Mônica Izaguirre, Ronaldo Nunes, Silvanete de Assis, Suzana Naiditch e Thais Lopes, (Textos); Adrian, Ana Luiza, Laura, Ronaldo, Suzana e Thais (Conselho

Editorial); Ana Luiza Freitas (Fotografia); Maria Luiza Barbosa (Ilustrações);

Chefe do Departamento de Comunicação: Vera Ferreira. Diretoria da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação: Lourdes Gregol Fagundes.

Cartas, opiniões e colaborações devem ser dirigidas à Redação do Jornal Três Por Quatro, rua Jacinto Gomes, 540, Porto Alegre-RS.

Impresso na Zero Hora Editora Jornalística S/A.





Ana Luíza Freitas

Desde o primeiro dia, longas filas na frente dos postos

Justiça Eleitoral usa computadores para acabar com problema do eleitor-fantasma

Novos títulos põem fim à fraude nas eleições

Os 60 milhões de eleitores de todo o País deverão ter novos títulos a partir de setembro. Para isto, precisam comparecer aos cartórios eleitorais ou nos postos criados especialmente para o recadastramento eleitoral, que começou no dia 15 de abril e vai até 30 de maio.

Segundo o juiz da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre, Juracy Vilela de Souza, esta iniciativa partiu do poder político nacional, no sentido de regularizar o processo eleitoral no Brasil. "O sistema eleitoral era frágil, muito deficiente, o que abria espaço para as fraudes. Não são novidade os casos de eleitores, principalmente no nordeste, possuidores de 30 títulos, ou até mais".

O juiz salienta que a tecnologia disponível tornará muito difícil a fraude e que através da utilização de computadores no processamento de dados, será impossível que um cidadão tenha mais de um título.

Em relação ao processo do recadastramento, houve, nos primeiros dias, alguns problemas. Souza reclama dos órgãos públicos que não liberaram os funcionários solicitados pelo TRE para trabalhar nos postos. A consequência é que muitos ficaram fechados.

Durante o recadastramento, no dia 18 de maio, haverá o Dia Nacional de Recadastramento, quando todas as seções funcionarão como se estivesse sendo realizada uma eleição. Esta medida visa trazer facilidades ao eleitor que, após 30 de maio, deverá dirigir-se apenas aos cartórios eleitorais para fazer o novo título.

OPORTUNISMO.

O juiz adverte que o título antigo não deve ser jogado fora, pois, caso haja qualquer problema grave com o novo sistema eleitoral, o pleito de 15 de novembro será realizado nos moldes tradicionais.

Quem questiona esta afirmação é o deputado Porfírio Peixoto, do PDT. Ele diz que "a lei é clara. Não há mais eleitores no Brasil, a não ser os já recadastrados, conforme a Lei 7444, de 20 de dezembro de 1985, sancionada pelo Congresso".

Porfírio questiona, também, outros aspectos a respeito do recadastramento, a começar pelo momento escolhido — sete meses antes do pleito —, o que ele considera oportunista, pois não haverá tempo para todos eleitores regularizarem sua situação. Por outro lado, "não há eleitores-fantasma no Rio Grande do Sul, sendo

um absurdo, portanto, esta operação. Que seja feito isto no nordeste, não aqui no Rio Grande que, inclusive, é o estado mais politizado do País".

Segundo Porfírio, esta medida tem um caráter elitista, no sentido de prejudicar os partidos populares, pois haverá uma grande dificuldade em que os eleitores destes partidos, pertencentes às classes mais humildes, consigam regularizar sua situação eleitoral. "Estes setores da população, os que mais deveriam participar, serão deslocados do processo político, pois têm dificuldades de informação e locomoção. O percentual dos que deixarão de ser recadastrados não será inferior a 20%".

CONSTITUINTE ELITISTA.

Outro aspecto abordado pelo deputado pedista é o favorecimento que terá o candidato abastado. Uma vez que empresas de computação possuirão todos dados, raciocina ele, ficará fácil para este candidato comprar informações a respeito do eleitorado, principalmente endereços, para remessa de correspondência.

Porfírio Peixoto denuncia que o recadastramento eleitoral é, fundamentalmente, uma manobra maquiavélica para elitizar a Assembleia Nacional Constituinte. "Desta forma, o modelo concentrador de renda e os privilégios de uma minoria estarão assegurados".

O deputado Antenor Ferrari, do PMDB, concorda que sete meses é pouco tempo para o recadastramento. Ressalta, porém, que "a medida é fundamental para que haja eleições limpas e honestas, depois de 20 anos de irregularidades".

Ferrari diz que os moradores da periferia serão beneficiados, no dia 8 de maio, pela Lei Etelvino Lins, que prevê transporte e alimentação gratuita às camadas mais pobres da população nos dias de eleição.

"Esta Lei, aliada à ampla publicidade nos meios de comunicação, fará com que todos segmentos sociais sejam atingidos".

Outro aspecto importante do recadastramento, segundo o deputado do PMDB, é a regularização do eleitor analfabeto que, apesar de seu voto não ser obrigatório, deve possuir o título. Ferrari constata, no entanto, falta de estrutura por parte da Justiça Eleitoral, o que ocasiona problemas, como as filas extensas na frente dos postos e cartórios.

Arthur Danton de Sá e Souza Neto

Pacote prejudica debate sobre nova Constituição

No próximo dia 15 de novembro ocorrerão eleições para governador, deputado estadual, deputado federal e senador. Os dois últimos serão os formadores do Congresso Nacional Constituinte que discutirá a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil.

Uma Constituição que, segundo o professor e bacharel em ciências jurídicas Eduardo Carrion, deverá ter um "texto constitucional mais avançado que refleta, ao menos parcialmente os interesses dos dominados, mas que também assegure a efetividade das normas constitucionais sobretudo aquelas que dizem respeito às liberdades públicas e às conquistas sociais."

Com a finalidade de atingir estes objetivos o professor Carrion crê que nossos constituintes usarão como ponto de partida a Constituição Brasileira de 1946, na qual deverão ser incorporadas as recentes conquistas constitucionais tais como: ampliação das liberdades públicas e dos direitos sociais. Servirão também de exemplo, segundo Carrion, a Constituição alemã de 1949 e as recentes Constituições da Espanha e Portugal, nas quais nossos constituintes poderão buscar subsídios para assuntos relevantes como: meio ambiente, informática e comunicações.

Texto avançado

É necessário que esta nova Constituição seja realmente composta por um texto avançado a fim de

que não se repita o que sempre ocorreu na história constitucional brasileira: a obtenção de uma Legislação Ordinária aquém das nossas necessidades, complementa Carrion.

É preciso também que o povo participe de debates e discussões nas quais devem ser expostos fielmente os fatores reais de poder que devem imperar na nossa sociedade. Com esta finalidade foram criados vários movimentos que visam à participação em seminários, simpósios e discussões. Mas o debate em torno da Constituinte, segundo Eduardo Carrion, ainda está limitado às lideranças de entidades e associações sobretudo das camadas intermediárias. "Torna-se necessária", prossegue Carrion, "mais do que nunca popularizar a Constituinte criando núcleos de base que ampliem o âmbito da discussão uma vez que as recentes mudanças na conjuntura política provocadas pelas recentes medidas econômicas adotadas pelo governo prejudicaram os debates em torno da Constituição".

Precisam, portanto, ser feitos mais trabalhos semelhantes ao que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, iniciou junto à população em geral, orientando-a para os problemas da Constituição e conseqüentemente auxiliando numa escolha acertada em 15 de novembro.

Enoi Dagó Liedke

Uma história tumultuada

Até o ano de 1822 as leis que regiam o Brasil eram as mesmas do Reino de Portugal e de suas demais colônias. Neste ano inicia a história constitucional brasileira, com a convocação da primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil. Contava esta Constituição de Cinco Capítulos: das eleições; do modo de proceder as eleições para os eleitores; do modo de apurar os votos; dos deputados e das eleições dos deputados.

Mas apesar de um início que parecia promissor politicamente, em 16 de novembro de 1823 a Assembleia Constituinte era dissolvida e somente em 25 de março de 1824 o então Imperador Dom Pedro I transformava o projeto da Constituição apreciada pela extinta Constituinte em Constituição Política. Consta esta primeira constituição de 179 artigos e regiu o Brasil até o fim do Império.

Com início da República foi convocada eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890, sendo então publicado em 23 de outubro do mesmo ano o projeto reformado da Constituição anterior que estabelecia as normas legais para o funcionamento da Velha República.

Já o ano de 1933 foi o ano das eleições de uma Assembleia Constituinte marcada por várias inovações: a eleição da primeira mulher para a Constituinte, Carlota Pereira de Queirós, eleita por São Paulo; e a participação de 40 representantes classistas. Eram ao todo 254 deputados, 18 representantes de sindicatos de trabalhadores, 17 delegados de empregadores, 3 representantes de profissionais liberais e 2 de funcionários públicos. Esta Assembleia convocada especialmente para elaborar a nova Constituição acabou instituindo várias transformações na sociedade brasileira: o salário mínimo, a jornada de 8 horas e as férias obrigatórias. Foram criados ao todo 187 artigos.

Mas os dias desta tão democrática Constituição estavam contados, em 1937 ao anunciar a implantação do Estado Novo, Vargas outorgou nova carta Constitucional a chamada Constituição "Polaca" que era inspirada no modelo fascista.

Em 1946 tentava-se novamente elaborar uma Constituição democrática, após a eleição de 320 parlamentares uma comissão de 37 foi escolhida com base na representação proporcional ao peso de cada partido. A nova Constituição tinha seu projeto baseado na Constituição de 1934, conservando elementos da de 1891 e certos dispositivos da Carta de 1937, principalmente, no que se referia as questões sociais.

Após 1964 novas formulações se faziam necessárias, portanto em 24 de janeiro de 1967 foi promulgada pelo Congresso uma nova Constituição, elaborada pelo então Ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva. Determinava esta, eleições indiretas para a presidência da República e também estendia a este a iniciativa de projetos de emendas a Constituição.

A última Constituição do Brasil foi promulgada em 1969 pela Junta Militar composta pelo então Ministro da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Para muitos ela não é considerada uma Constituição uma vez que simplesmente apresentou uma série de emendas a Constituição de 1967.

Portanto a Constituição que rege o Brasil atualmente nada mais que a de 1967 com uma série de emendas e atos complementares, além da Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa e outros que devem ser revogados pela nova Constituição para que todos os indivíduos deste país tenham os mesmos direitos e deveres.

Enoi Dagó Liedke

Em debate a questão do diploma

Presidente do Sindicato, empresário e repórter discutem a não obrigatoriedade de curso superior para os jornalistas

Antes mesmo de ter início, a Constituinte já está trazendo muitas discussões. Uma delas, que atinge diretamente aos estudantes de jornalismo é a extinção do diploma para jornalista. O Comitê que analisa este assunto é formado pelo consultor-geral da República Saulo Ramos, o ex-ministro Eduardo Portella, o jornalista Mauro Santayanna, o escritor Jorge Amado, entre outros.

Vera Spolidoro, presidente do sindicato da categoria, pensa que não cabe discutir esse assunto via Constituinte. Segundo ela, "toda essa discussão tem origem num lobby muito forte por parte dos empresários. Quando estava prestes a ser votado o piso de seis salários mínimos para jornalistas, se ergueu esta cortina de fumaça". Esta questão serviu para desviar as atenções de uma causa muito mais importante.

Ainda, de acordo com Vera Spolidoro, a extinção do diploma abriria um rombo no mercado. O que, conseqüentemente, ocasionaria um excesso de mão-de-obra e por conseguinte a queda dos salários.

"A alegação de que os jornalistas dominam a informação é falsa", diz a dirigente, "por que isso não quer dizer que todos os segmentos da população não são ouvidos". Vera assegurou que os sindicatos de todo o Brasil estão se mobilizando para que a proposta de extinção do diploma não se transforme em projeto de lei como pretendem os empresários.

O Empresariado

Do outro lado da questão, o presidente da Rede Riograndense de Emissoras, Otávio Gadret, acha que não é necessário diploma para o exercício da profissão de jornalista, mas apenas um curso superior qualquer. Segundo Gadret, "as escolas de comunicação são muito deficientes, pois praticam o ensino da mais baixa qualidade. As experiências que nós temos com formandos são "trágicas". Lamentavelmente, temos que contratar pessoas formadas".

Mas a tragédia "parece ser um produto dos países de terceiro mundo, pois, conforme Otávio Gadret, na maioria dos países evoluídos não se exige diploma para jornalistas a Espanha é o único país da Europa em que ainda vigora esta exigência. Até mesmo nos Estados Unidos, modelo de jornalismo para o Brasil, não é mais necessário o diploma".

O empresário diz que é a favor de uma melhoria dos cursos de Comunicação, pois "alguns professores destas escolas nunca atuaram no mercado de trabalho, portanto não têm condições de ensinar ninguém", e apesar da incoerência, argumenta: "quero apenas uma ampliação no mercado de trabalho". Para Otávio Gadret, um profissional de Direito ou de Medicina escreve uma matéria científica "um milhão de vezes melhor que um jornalista".

Polêmica

Igo Wink, repórter da Rádio Guaíba, diz que a discussão sobre o fim do diploma para jornalistas é válida, assim como é válido discutir a extinção de outros cursos. "Em Direito, Engenharia e Medicina também se formam profissionais incompetentes. Além disso, os empresários apoiam porque é bom para eles e ruim para nós. Assim, eles vão poder empregar qualquer "curioso" a custos baixos".

Igo argumenta também que o profissional que entra para o jornalismo geralmente é uma pessoa idealista que se submete a ganhar pouco, desde que esteja fazendo aquilo que ele quer. "Esse cara vai ser seguramente um bom jornalista, pois estará atuando na área puramente por prazer, mesmo que o curso não seja bom. Agora, é claro que sempre vão haver os incompetentes como em qualquer outra profissão".

Ainda na opinião do repórter, é óbvio que os empresários adorariam uma medida como esta, pois "quem cresceu e expandiu sua empresa durante o período de ditadura, como certos donos de jornais no Sul, não o fizeram por acaso. Houve troca de favores". E aí entrariam os não diplomados, pois seriam eles quem defenderiam os interesses destes empresários.

Luiz Henrique Fontoura
e Jaqueline Chala

Jornalistas mobilizados a favor do curso

Estudantes, professores e profissionais da área de jornalismo, aqui do estado, têm realizado vários encontros para que seja aberta, também no sul do País, a discussão do fim da obrigatoriedade do diploma para jornalistas. A próxima reunião será a do CONEJ regional (Comissão Nacional de Luta pela Melhoria da Qualidade do Ensino de Jornalismo), dia 25 de maio, ainda sem local definido.

Segundo Carlos Scorzazon, representante discente da FABICO, que tem participado de todos os debates que analisam esta questão, os alunos de comunicação ainda não tomaram consciência da real importância do assunto. Ele disse que, dia 26 do mês passado, realizou-se um encontro na ARI (Associação Rio-Grandense de Imprensa), com vários representantes de entidades ligadas ao jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda, onde foi discutido o problema da reserva de mercado e a implantação do CONEJ regional. "Nesta reunião, foi redigida uma nota oficial, esclarecendo a opinião pública quanto à questão", que será veiculada no maior número de meios de comunicação possível.

O estudante acha que esta proposta de ex-

tinção do diploma não será aprovada pela Constituinte. Porém, ele recela que seja encaminhada ao congresso através de projeto de lei. "Estamos organizando vários outros encontros em faculdades de comunicação; provavelmente, será organizado pelos estudantes da FABICO uma manifestação na esquina democrática, como forma de pressão e conscientização dos outros setores da sociedade". Contudo, somente saberemos como está a mobilização a nível nacional no Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação em Brasília no próximo mês de julho".

MARQUES DE MELO.

José Marques de Melo, jornalista e professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, também manifestou sua opinião quanto ao problema. Segundo ele, aqueles que condenam a regulamentação profissional do jornalismo, utilizam dois argumentos: é preciso abolir a reserva de mercado para os diplomados porque estes não são profissionais competentes e a impossibilidade das empresas contratarem pessoas sem registro de jornalista limita o direito de expressão dos demais cidadãos.

Ele reconhece que a formação dos jornalistas nas universidades brasileiras ainda é muito frágil. "Isto é compreensível pela presença recente deste curso na estrutura do nosso ensino superior, e ainda, pela degradação dos padrões universitários nas últimas décadas. Não se trata de situação restrita ao campo de jornalismo". Na opinião dele, a solução para o problema está na recuperação do nosso sistema educacional. No caso específico desta área, o MEC já aprovou uma série de medidas.

Quanto à afirmação de que os jornalistas detêm o monopólio da informação, Marques de Melo argumenta que isto não é verdade, pois o artigo 4º do decreto-lei 972/69, assegura a atuação de colaboradores dentro de um jornal. "Este reclamado monopólio de informação foi sempre prerrogativa dos donos de empresas jornalísticas, e não de seus empregados. Este deveria ser o tema debatido pela Constituinte: o controle de comunicação de massa pela elite empresarial/governamental que decide os destinos do País".

Luiz Henrique Fontoura e Jaqueline Chala

Obrigatoriedade do diploma é tema de encontro

O III Encontro Nacional de Órgãos Laboratoriais de Cursos de Jornalismo (Enol), realizado em Goiânia, no fim de março, com a presença de estudantes, professores de comunicação, jornalistas e representantes de entidades sociais, discutiu a situação dos laboratórios das escolas de comunicação do país.

Houve consenso de que os laboratórios das 22 escolas presentes precisam melhorar muito para adequar os cursos à realidade profissional e para cumprir a resolução 2/84 do Conselho Federal de Educação. Esta resolução determina que as faculdades de comunicação devem adquirir, até o final deste ano, equipamentos mínimos para continuarem funcionando a partir do ano que vem.

Em Goiânia foi eleita a coordenação da Comissão Nacional de Luta pela Melhoria da Qualidade do Ensino de Jornalismo, Conej, com a reeleição do professor José Marques de Melo, da Eca/USP. A Conej foi criada no II Enol realizado no ano passado em Uberaba MG, com o objetivo de fiscalizar a aplicação do currículo mínimo e, principalmente, da implantação dos laboratórios.

Este ano foi decidido que a Conej deve criar núcleos estaduais capazes de prestar um assessoramento na fiscalização dos cursos de jornalismo. Nesse sentido o RS passou a ter uma representante, a aluna Maria Luíza Baptista, da Universidade Federal do RS.

Outra questão debatida no Enol foi a proposta dos "notáveis", de extinção da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. A decisão final foi de fortalecer os cursos e iniciar um movimento nacional pela manutenção do diploma, esclarecendo à sociedade que o jornalista é um profissional que precisa de uma formação teórica e prática para garantir a qualidade da informação. O dia 10 de setembro ficou designado o Dia Nacional de Luta em Defesa da Obrigatoriedade do Diploma de Comunicação Social para o Exercício do Jornalismo.

Foi criada, também, uma agência de notícias para funcionar entre os cursos de comunicação, a Moara, liberdade em tupi-guarani. A princípio sediada em Goiânia, a Moara vai fazer circular um boletim mensal entre todas as faculdades com matérias sobre as condições destas faculdades e assuntos gerais. Na Faculdade de Bib. e Com. da UFRGS, a comissão da Moara vai funcionar junto ao departamento de comunicação, que vai coordenar também o envio de colaborações para o Jornal do Enol, que em princípio circulará nos meses de abril, junho, setembro e novembro.

O próximo Enol vai ser realizado em Juiz de Fora, MG, na Semana Santa de 1987, e, além de estudantes, professores e jornalistas, terá a presença de representantes dos movimentos populares para sintonizar os órgãos laboratoriais com a luta das classes trabalhadoras.

Maria Luíza Baptista

Fabico pode ganhar curso de arquivologia

Já está em estudo a viabilidade de se implantar, na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação o curso de Arquivologia. A coordenação do projeto encontra-se a cargo da professora Ida Regina Stumpf, do Departamento de Biblioteconomia. Durante este ano, os esforços da coordenadora do curso estarão concentrados no levantamento das reais necessidades deste profissional no mercado gaúcho e da disponibilidade da Ufrgs para sua futura implantação.

A profissão de Arquivista, com curso superior, foi regulamentada em 78, através da lei 6.546, decreto nº 82.500, que prevê formação a nível técnico e superior. Até aquele ano, os profissionais da área com cinco anos ininterruptos de trabalho ou dez intercalados puderam regularizar a sua situação.

No Brasil, três universidades oferecem este curso: Unifrio, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal de Santa Maria.

O curso também está em vias de implantação na Universidade Federal da Bahia.

Pelo Conselho Federal de Educação, a duração mínima do curso é de 3 anos e a máxima, de 5. Para se obter a habilitação em Arquivista, nível superior, é necessário um currículo básico: Introdução ao estudo do Direito, Noções de Contabilidade, Estatística, Administração, História, Introdução à Comunicação, Notariado e o estudo de uma língua estrangeira são algumas das disciplinas necessárias.

Atribuições

O Arquivista é solicitado, tanto para trabalhar no setor privado, quanto público. Entre as suas diversas atribuições pode-se destacar o planejamento, organização e direção de serviços de arquivos e

Ana Luíza Freitas



Ida Stumpf estuda viabilidade do curso

todo o processo documental; controle de múltiplas cópias; serviços de microfotografia; automação aplicada aos arquivos; avaliação, seleção, arranjo e descrição dos documentos para fins de preservação; conservação de documentos.

Segundo a professora Ida, as possibilidades de se implantar o curso de Arquivologia na FABICO são boas. O reitor Francisco Ferraz se mostrou simpático à idéia, pois ela coincide com seu desejo de diversificar os cursos oferecidos pela Ufrgs. Outro ponto importante para a implantação do curso dependerá do levantamento, a ser feito ainda este ano, que determinará as condições do mercado em absorver este profissional. Junto a este levantamento, a coordenadora do projeto pretende lançar uma campanha de conscientização, mostrando a importância de se preservar a memória nacional, através do preparo adequado destes profissionais.

Márcia Regina Gomes

Temporada de caça na PF

Fraudes e denúncias de crimes contra a economia popular transformam o dia-a-dia da polícia federal numa caçada

Farinha de trigo comum, vendida como especial; frete do cimento duas ou três vezes mais caro, pago pelos revendedores; irregularidades nas vendas de passagens aéreas, para compra clandestina de dólares; fraude do Montepio da Família Militar. Estas são algumas denúncias que a Polícia Federal investiga, além dos crimes comuns contra a economia popular.

Segundo o delegado Nício Brasil Lacorte, da Polícia Federal, somente os Moinhos Santista não estão envolvidos no caso. Os inquéritos referentes ao Garota, Guindani e Estrela foram concluídos. Sobre este último, Lacorte afirma que conseguiu quatro tipos de provas: testemunhal, pericial, documental e confissão. Os panificadores denunciaram o pagamento por fora fixado na nota fiscal. Pericialmente, constatou-se que a farinha comum era vendida como especial e os cheques apreendidos tinham valores diferentes: um no valor da nota fiscal e o outro para complementação do pre-

ço da farinha especial. A última prova foi a confissão do proprietário dos Moinhos Estrela, que confirmou a prática da fraude.

AUTORIDADES

Lacorte disse que já ouviu muitas pessoas que conheciam essas irregularidades. Entre autoridades e ex-autoridades, diz o delegado, o ex-secretário de Segurança Pública do Estado, João Leivas Job, o atual delegado da Receita Federal, Juarez Almeida, "o general Glauco de Carvalho, o Dr. Vlacava, o Dr. Dallari, o superintendente adjunto da Receita Federal, Flávio Osório Marques entre outros". Segundo Nício Lacorte, algumas dessas pessoas afirmaram que tomaram providências. Para ele, no entanto, as medidas foram no campo administrativo. "Parece-me que houve um esquecimento de que o fato era constitutivo de crime. Sendo assim, a autoridade tem o dever de comunicar a quem de direito, para as providências legais cabíveis. Estamos fazendo um estudo para verificar se iremos ou não responsabilizar algumas dessas autoridades. Se constatar-mos qualquer tipo de omissão, vamos tomar as providências que a lei determina, encaminhando-as à identificação criminal e, posteriormente, o inquérito à Justiça Federal", diz Lacorte.

Conforme o delegado, a Polícia Federal só tomou conhecimento das ocorrências, no mês de janeiro último e, desde então, todos os procedimentos policiais foram tomados, embora a prática do delito tenha dez anos.

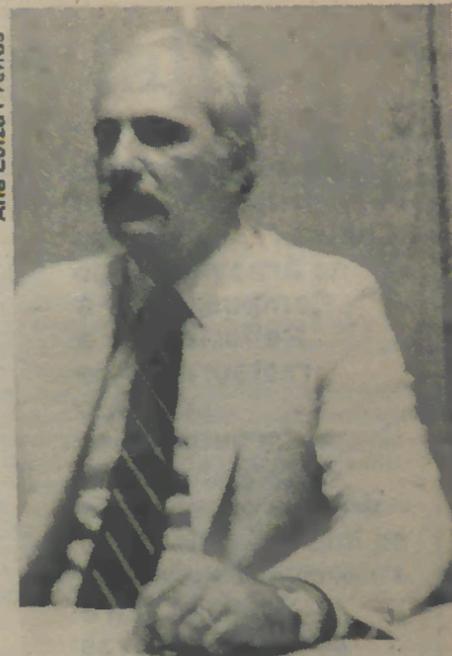
CASO ANTIGO

A fraude do cimento é tão antiga quanto a da farinha, mas foi através da imprensa que o DPF conheceu os fatos, segundo o responsável pelas investigações, delegado Carlos Alberto Stimamillo. Ele disse que Luiz Eugênio Bortolon, presidente da As-

sociação dos Revendedores de Materiais de Construção e da Associação Comercial de Vacaria, formalizou a denúncia no dia 17 de abril. Bortolon, há dez anos, se queixava a órgãos locais e nacionais, tais como o Conselho Interministerial de Preços — CIP, Secretaria Especial de Abastecimento e Preços — SEAP e Superintendência Nacional de Abastecimento — SUNAB. No Rio Grande do Sul, dois grupos são os envolvidos: Votorantin e Serrana. O delegado Stimamillo ouviu a testemunha Clori Antonio Guth, proprietário e diretor da Transportadora Colorado, que presta serviço ao grupo Serrana, filial Porto Alegre e Cim-bagé (Cimento e Mineração Bagé S/A) de Canoas. Ele confirmou a fraude do frete no preço do cimento. O revendedor paga duas ou três vezes mais, de forma embutida, o que a transportadora recebe efetivamente, sem que haja como discutir o valor. Stimamillo disse que ainda não há nenhum indiciado, visto que a denúncia formal é recente. No momento, a Polícia Federal está coletando provas.

COMPRA DE DÓLARES

No caso das irregularidades na venda de passagens aéreas, o delegado Fausto Moura Domingues, disse ter cerca de 30 indiciados. Entre esses estão Horácio Herborn, funcionário da Eberle Tur, falsificador das passagens, Egidio Lucca, ex-gerente do Bradesco, agência Azenha, Charles Wesendonck e Antonio Blurrum. Este último foi o primeiro a ser descoberto quando tentava regularizar seu passaporte. Ele confessou que ganharia Cz\$ 500,00 pelo empréstimo do documento. A partir daí, começaram as investigações. Muitos dos envolvidos são parentes ou amigos dos principais implicados. O passaporte servia para a compra clandestina de dólares. As



Ana Luiza Freitas

Cimento: caso de 11 anos

duas primeiras vias, da passagem, emitida em nome de passageiro fictício e rota doméstica. Por exemplo: Rio de Janeiro — Brasília. Na via do passageiro, o empregado escrevia o nome indicado e com rota internacional. Segundo o delegado Fausto Domingues, isto configura crime de estelionato.

Na fraude do Montepio da Família Militar, o denunciante é o jornalista Delmar Marques Corrêa, chefe de redação do Jornal do Comércio e autor do livro Ascensão e Queda dos Coronéis — Caso MFM e Sul-brasileiro. Conforme o delegado Jaber Makul Saadi, até o momento não há indiciados. A Polícia Federal investiga com uma comissão de peritos, escritórios, analistas de textos e livros e funcionários da Receita Federal. Ele disse que o pacote econômico retardou o processo apuratório, contudo, está marcado o depoimento de Paulo Tibiricá Alves da Cunha, ex-diretor da Montedan, empresa ligada ao Montepio da Família Militar e com sede em Curitiba/MT.

Silvanete de Assis



Ana Luiza Freitas

LaCorte cita autoridades

Carvão vai poluir Porto Alegre

"Não existem pesquisa de controle de poluição no Brasil". Este alerta é feito pela Geóloga Alexandra Andrade com relação ao seu trabalho de pesquisa sobre "Caracterização Geoquímica do Carvão de Morungava".

Alexandra causou polêmica ao avisar sobre o perigo da poluição para Porto Alegre, caso uma mina seja instalada em Morungava. É claro que o assunto é sério, pois o Rio Grande do Sul é o primeiro estado na exploração deste mineral.

Segundo a geóloga, todo o carvão, não importa de que tipo, produz efeitos ambientais porque contém pirita. "Esse material libera ácidos que fazem aumentar o nível de acidez da água, comprometendo toda a flora e fauna". De acordo com Alexandra, o principal problema são as pilhas de rejeito do carvão, "o que não é aproveitado do minério, que fica exposto no meio ambiente". Com as chuvas, os metais pesados, como cromo, ferro, alumínio, cobalto, mercúrio, chumbo e zinco, são carregados para os rios modificando toda a água. Estes elementos se misturam liberando íons (átomo ou agrupamento de átomos com falta ou excesso de carga elétrica negativa) e produzindo mais ácidos que se dissolvem na água. "A poluição inorgânica é muito mais prejudicial, pois não é facilmente tratável como os dejetos orgânicos. Além disso, estes metais pesados são altamente cancerígenos podendo mudar a formação genética e até causar anencefalia", diz Alexandra Andrade.

A acidificação dos solos é outro

problema causado pela mineração. O enxofre liberado ao ar se combina com a água e baixa também o nível da acidez das chuvas, formando aquilo que se chama "chuva ácida". Este problema tem causado muitas preocupações na Europa.

Na mineração a contaminação do meio ambiente é praticamente total, pois o pó liberado por estas sobras se condensa e junto com todos os gases tóxicos vai alterar o sistema de trocas de calor.

TERMOELÉTRICA DO JACUÍ
Está em fase de instalação, na

região de Charqueadas, a Usina Termoeletrica do Jacuí, que vai consumir cerca de 300 toneladas de carvão por dia. A Eletrosul é a responsável pela construção. Segundo o secretário de Minas e Energia, Luis Felipe Azevedo, a Usina vai gerar 350 megawatts de energia, utilizando carvão das minas de Leão II e Irui. O minério virá através do rio Jacuí, o que de acordo com o secretário, não aumentaria os custos de produção. O estranho nisso tudo, é que as Usinas Termoeletricas sempre são instaladas perto de uma "boca de mina", vi-

sando o consumo. Por que utilizar carvão de Irui e Leão II, quando estudos apontam a existência desse mineral em Guaíba, ao longo da BR 290?

TRANSPORTE

Os diretores da Eletrosul garantem que o transporte do carvão não trará problemas de poluição. Contudo, Luis Felipe Azevedo não acredita nisso. Ele afirma que o vento dominante no verão, o nordeste, pode carregar cinzas em direção de Porto Alegre.

Alexandra Andrade diz que o carvão para ser transportado por

navio deve ser muito bem acondicionado. "Caso fique exposto, a chuva, o contato com o ar e a perda do material podem acarretar sérios danos ao meio ambiente. O rio Jacuí já está seriamente comprometido com a mineração, o rio dos Sinos com curtime e o Gravataí, com os Organo-clorados.

Assim, os principais afluentes do Guaíba estão sofrendo danos irreversíveis no seu ecossistema".

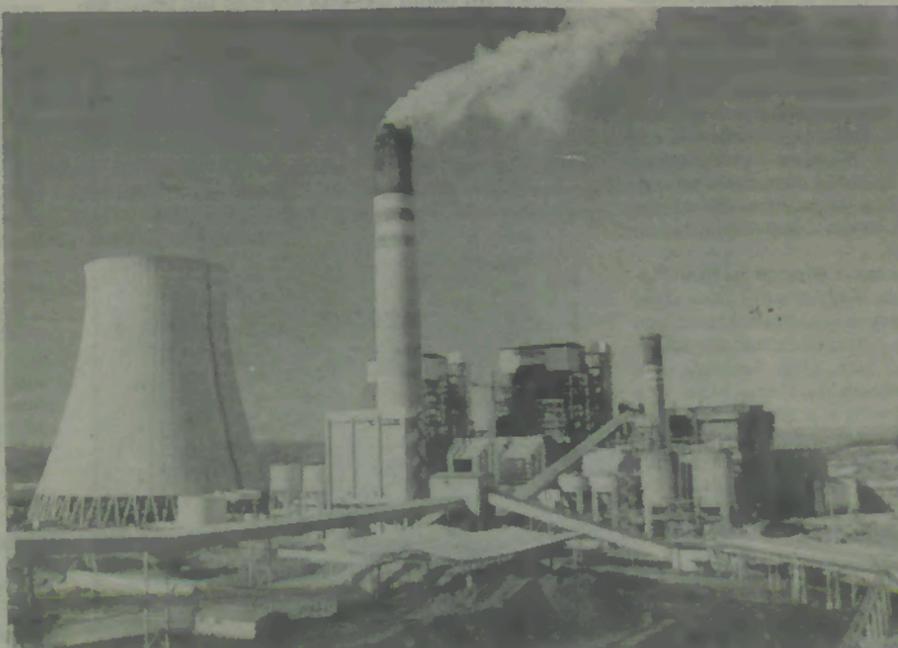
CANDIOTA

Ainda de acordo com a geóloga, na Usina Termoeletrica de Candiota II, a chaminé terá a altura de 150 metros, o que significa que as cinzas volantes emanadas provavelmente cairam no Uruguai, trazendo sérios problemas com aquele país que vive basicamente da agricultura e pecuária.

O que deveria ser feito para se eliminar todos estes problemas, segundo Alexandra é tentar reconstituir da melhor forma possível, o solo de onde foi extraído o carvão. "Seria necessário recolocar esses rejeitos no solo, não sem antes cobrir a terra com uma camada impermeável, que poderia ser de argila, para que os metais desprendidos não contaminassem os veios subterrâneos de água. Enfim recriar o ambiente que havia antes no local, ao mesmo tempo em que solucionar o problema de o que fazer com os rejeitos do carvão".

Caso estes cuidados não sejam tomados, diz Alexandra Andrade, nós corremos o risco de no futuro, "o mundo transformar-se numa coisa ácida".

Luiz Henrique Fontoura e Jaqueline Chaia



Arquivo 3x4

Candiota: cinzas prejudicam agricultura e pecuária

As linhas mestras do projeto "Centro Cultural", localizado na área do antigo Campus, junto à Reitoria, são a restauração do conjunto arquitetônico composto por 11 prédios construídos no início do século; a reforma dos espaços internos para abrigarem novas atividades e o tratamento urbanístico dos espaços externos. Não há verbas. Essa é a resposta mais freqüente aos projetos ligados ao ensino e à pesquisa. É importante que se tomem iniciativas como a do Reitor, mas, dentro de uma escala de valores acadêmicos, é preciso descobrir o que é realmente importante para a universidade nesse momento. E com a participação de todos os seus segmentos. São necessários investimentos como o do Centro Cultural, mas é relevante que se façam investimentos maciços em educação, pesquisa e desenvolvimento, com as modificações estruturais necessárias para abrir a universidade ao País. As funções básicas da universidade são formar pessoal, gerar conhecimento e prestar serviços à comunidade. A sociedade deve promover o apoio efetivo às atividades universitárias para eliminar as distorções existentes. Um Centro de Cultura precisa de prédios, mas, antes de mais nada, precisa de cultura.

Suzana Naiditch



Ana Luiza Freitas

Dos outros setores, só a gráfica continua a dividir espaços no prédio

FABICO vai ocupar todo prédio, anuncia reitor

Quando chegou à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação na manhã de quinta-feira, 17 de abril, para a visita que ele mesmo programou, o Reitor da UFRGS, Francisco Ferraz esperava certamente receber apenas aplausos e causar impacto. Ele veio anunciar que o prédio ocupado parcialmente pela Faculdade desde 1972 seria definitivamente entregue aos cursos. Na verdade, o impacto foi do próprio Reitor, diante do bombardeio de críticas e perguntas dos presentes à sala 401, onde ele fez seu pronunciamento.

Para fazer esse anúncio, Ferraz veio acompanhado por uma comitiva de cinco Pró-Reitores (Extensão, Pesquisa e Pós, Planejamento, Graduação e Administração), além do Coordenador Executivo Técnico do Campus do Vale. Eles informaram que o setor administrativo que ocupa grande parte do andar térreo e o COESP (Centro de Orientação e Seleção Psicotécnica), que funciona no quinto andar, vão ser transferidos para a antiga Escola de Enfermagem. Somente a Gráfica permanece no prédio, devido a sua compatibilidade com os dois cursos.

Até hoje, essa compatibilidade não reverteu em benefícios para as atividades de ensino da Faculdade. O próprio Jornal Laboratório Três por Quatro, só conseguiu cumprir a meta de quatro edições por semestre, depois que passou a ser impresso na Zero Hora Editora Jornalística. Mas o Reitor, que desconhecia esse fato, garantiu que, embora a Gráfica trabalhe para vários setores da universidade, as atividades ligadas ao ensino serão prioritárias.

A Reitoria espera liberar o espaço para a FABICO a curtíssimo prazo. Ferraz acredita que, a partir daí, os 1000 metros quadrados poderão ser multiplicados com a criação de um auditório e de laboratórios. Tudo isso será determinado por uma comissão, formada na Faculdade, que vai definir a nova estrutura e a redecação do prédio. A comissão terá o assessoramento técnico da Reitoria, que já apresentou uma planta com a nova fachada, cuja entrada será pela travessa Borges Fortes. A meta é ter metade do prédio remodelado até agosto, aproveitando as férias de julho para obras.

BOMBARDEIO

"Vocês tiveram paciência e o dia chegou", dis-

se o Reitor. Mas o que se seguiu demonstrou exatamente a falta de paciência de alunos e professores para com uma universidade cheia de problemas crônicos nas suas áreas mais vitais: o ensino e a pesquisa.

Empolgação com as obras que vem realizando e principalmente com o Centro Cultural da UFRGS que pretende instalar no Campus Central, o Reitor fez a análise do espaço físico.

Se o espaço é realmente importante — se o FABICO recebesse hoje todo o equipamento de que precisa, não teria onde colocar —, não menos importante são a qualidade dos professores e a instrumentalização, necessárias para completar a implantação do novo currículo de Comunicação.

Ferraz explicou que os recursos são escassos para a educação. As verbas para obras são conseguidas através de um financiamento do FAS — Fundo de Ação Social — da Caixa Econômica Federal, e o Reitor garante que o dinheiro daí proveniente não pode ser desviado para outros fins. Acrescentou, porém, que o projeto Nova Universidade é um canal que está abrindo um pouco para a compra de equipamentos.



Ana Luiza Freitas

Ferraz: apelo à colaboração

Há também uma verba para custeio (material de consumo e serviços de terceiros) que pode servir para o aluguel de equipamentos. Dessa forma, foi proposto por professores presentes que se aluguem equipamentos de rádio para as aulas práticas que são ministradas na Rádio da Universidade, em escassos momentos cedidos.

Também foi levantada a possibilidade de utilização do equipamento de TV da Faculdade de Odontologia, que está ocioso. O Reitor lembrou que o material pertence à Odonto e deve ser negociado diretamente com aquela unidade.

"ME AJUDEM"

O professor Sérgio Caparelli fez ao Reitor uma série de perguntas sobre o problema da pesquisa na Universidade e entrou também em questões trabalhistas, como a espera inglória de professores com contratos de 20 ou 40 horas que querem a dedicação exclusiva (DE), enquanto outros que não querem, ou não podem receber, já a ganharam.

Quanto à pesquisa, o Pró-Reitor responsável, Hélgio Trindade, afirmou que esse ano, além do orçamento, o setor recebeu um repasse da Reitoria de 500 mil cruzados, investidos em fomento à pesquisa.

Esquivando-se da discussão das demais questões levantadas, Francisco Ferraz voltou a lembrar o motivo da sua ida à FABICO e a agradecer a paciência de todos. Então um estudante salientou que é difícil ter paciência quando problemas tão próximos dos alunos permanecem sem solução.

Visivelmente irritado, o Reitor respondeu: "Vão ter que ter paciência, sim. Não há recursos. Não se pode exigir que se resolvam hoje problemas que se acumulam há décadas." E continuou: "Uma Universidade com a nossa não elege prioridades. Não venho aqui hoje para dizer que tenho soluções para todos os problemas da Faculdade. Trago a solução para um problema básico que me foi solicitada."

Nesse ponto, a Diretora da FABICO, Lourdes Gregol, tomou a palavra emocionada e agradeceu, com lágrimas nos olhos, a boa notícia que Francisco Ferraz foi levar. Este concluiu a visita pedindo: "Me ajudem pela colaboração, entusiasmo e compreensão."

Suzana Naiditch

Os
e a
Cam
com
Cent
ranc
co F
abril
Cyri
do B
pus,
conc
men
Cr
exis
quan
Cam
solvi
Quan
curs
facu
Vale
para
rão
men
sário
Pa
maç
curs
Bloc
clas
Bloc
méd
pus
cas,
Vale
de A
loca
vem
IN
Co
to, a
nos
diar
do
aind
tran
taur
conc
tenc
mat
prof
tro
a cr
sada
trat
espe
de V

Angela Sanders

Um

Campus se equipa para receber novos cursos

Os problemas com o distante e ainda sem infra-estrutura Campus do Vale vieram à tona com o lançamento do Projeto do Centro Cultural da UFRGS. Durante a visita do Reitor Francisco Ferraz à Fabico, no dia 17 de abril, o arquiteto urbanista Cyrillo Crestani, Coordenador do Escritório Técnico do Campus, falou sobre as previsões da conclusão das obras em andamento.

Crestani informou que ainda existem "sérios problemas quanto à infra-estrutura no Campus, mas que podem ser resolvidos a um prazo médio". Quanto ao remanejamento de cursos que deverá levar várias faculdades para o Campus do Vale, ele diz que nem todos irão para lá e diz que os que forem terão condições de transporte, alimentação e tudo o que for necessário.

Para exemplificar esta afirmação, basta citar o caso dos cursos reunidos no prédio das Biociências e ainda da Geociências e do Instituto de Artes. A Biociências se dividirá em Biomédicas (que vai para o Campus Médico) e Ciências Biológicas, que vai para o Campus do Vale; a Geociências e o Instituto de Artes, que atualmente estão localizados no centro da cidade, vêm para o Campus Central.

INFRA-ESTRUTURA
Com todo este remanejamento, aproximadamente 2.000 alunos se juntarão aos que já têm, diariamente, aulas no Campus do Vale. Isto deverá agravar ainda mais os problemas com o transporte, alimentação no Restaurante Universitário e com as condições mais básicas: assistência médica, bancária e materno-infantil para alunos, professores e funcionários. Dentro dos projetos da Reitoria, está a criação de uma creche — atrasada por dificuldades em contratação de pessoal —, uma área esportiva, um CTG e um Centro de Vivência, que está em fase de



Angela Sanders

Crestani promete condições de transporte para o Campus Vale

conclusão. Crestani informou também que até o dia 10 de maio um novo bar estará instalado no Módulo de Serviços, o que está quase concluído.

COMPROMETIMENTO

No dia 13 de abril, o Reitor da Universidade publicava em quatro páginas de Zero Hora o seu projeto de um Centro Cultural. No dia 16, os estudantes do Campus do Vale se reuniam em assembleia para discutir os seus problemas. Entre as principais decisões, ficou a de comprometer o Prefeito Alceu Collares com a questão do transporte coletivo. Para isto foi marcada uma concentração na Prefeitura no dia 30 de abril, data marcada para uma audiência com o prefeito, em que foi solicitada uma solução para o problema.

Mas, ao mesmo tempo, o DCE está mobilizado para evitar novas transferências de cursos. "Não há mais condições de trazer cursos sem resolver o problema da infra-estrutura", diz Edgardo Prado, coordenador do DCE. Ele adiantou que "no dia 5 de maio teremos nova assembleia para discutirmos a continuidade da luta".

A biblioteca do IFCH, única do Campus, foi outro motivo de reclamações generalizadas. Estudantes de todos os cursos recla-

mam da sua limitação em volumes. Uma aluna reclama também dos barulhos externos (provenientes do bar que fica no subsolo) e sugere a criação de uma sala de leitura, pois nem os funcionários nem os alunos respeitam o silêncio dentro da biblioteca. Mas apesar de todas estas falhas muitos estudantes consideram o Campus um lugar ótimo para o estudo e convivência acadêmica. "Com toda infra-estrutura necessária isto aqui vale a pena. Aqui tanto o ambiente como o meio ambiente são favoráveis ao estudo. É um privilégio ter um lugar com silêncio e ar puro", diz Carla Brandalise que cursa História. E sua colega Cláudia Magni completa: "Tinha mais é que vir todo mundo. Eu acho muito bom haver uma integração entre os cursos, como acontece aqui."

Mas esperar de braços cruzados pela infra-estrutura não é a atitude recomendada pelo DCE. Principalmente porque quem sente na pele os problemas é o estudante. A mobilização deverá ser constante pois as falhas não são poucas.

Lucio Haeser e Laura Seligman

O que falta na Comunicação?

Muitas coisas contribuem para que um curso seja bom. Muitas, para que ele seja deficiente. O curso de Comunicação Social da UFRGS, dadas suas condições atuais, enquadra-se no segundo grupo. Faltam vários elementos para que ele seja efetivamente um curso de formação de profissionais capacitados: equipamentos, instalações e pessoal.

Um primeiro passo foi dado, em abril, no sentido da mudança. A Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação recebeu da Reitoria todo o prédio onde atualmente desenvolve suas atividades, que, até então, era dividido com outros setores da universidade. Mais espaço físico: esse o resultado da doação.

Mas é preciso muito mais para que o curso funcione a pleno e o currículo novo seja definitivamente implantado.

A chefe do Departamento de Comunicação da FABICO, Vera Ferreira, fez um levantamento das principais necessidades do curso, e o resultado é o seguinte:

EQUIPAMENTOS:

- Complementação do laboratório fotográfico;
- Complementação do equipamento de televisão;
- Aquisição de equipamentos de rádio;
- Atualização da sala de redação;
- Complementação do equipamento para publicidade e propaganda.

INSTALAÇÕES:

- Estúdio de rádio (salas especializadas);
- Sala de avaliação de vídeo-tapes;
- Auditório;
- Sala de professores.

RECURSOS HUMANOS:

- Monitores (um para rádio e mais um para TV, em caráter de urgência)
- Monitor ou bolsista para fazer as fotos do Três por Quatro.

PROFESSORES:

- A meta é a duplicação do número de professores até 1988.

Segundo a professora Vera, o Reitor da UFRGS vai conceder as condições necessárias para melhorar o curso. "Eu tenho certeza disso porque estamos tendo a maior atenção possível no atendimento de nossas propostas e reivindicações, no sentido do encaminhamento dos projetos referentes à reequipamento, recursos humanos e instalações." E lembra que os projetos encaminhados pela Faculdade estão entre os prioritários da Pró-Reitoria da Graduação, o que significa atenção.

Quanto às prioridades da Reitoria, conforme política da atual gestão, a chefe do Departamento acha que, se as reivindicações estão sendo encaminhadas, é porque o ensino e a pesquisa estão priorizados.

Reitor da UFRJ diz como consegue verbas

Na edição de 16 de abril, a revista Veja traz uma entrevista com o Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Horácio Macedo nas páginas amarelas. Veja aqui, algumas posições de Macedo com relação a pontos que também foram abordados por Francisco Ferraz durante sua visita à FABICO, dia 17 de abril:

• **PESQUISA:** "As pesquisas têm basicamente financiamento externo (BNDES, FINEP, CNPq). Para institucionalizar a pesquisa dentro da universidade, Horácio Macedo quer usar o dinheiro do MEC. No ano passado ele deslocou verba destinada à administração para a pesquisa."

• **RECURSOS:** "Existem fundos, como o Fundo de Ação Social — FAS — maiores que os recursos que o MEC dispõe para as universidades. Vamos tentar capturar parte desse fundo para nós. É complicado porque esse fundo tem colocação política, mas não vamos desistir".

• **REITOR:** "Se queremos autonomia universitária, precisamos de um processo em que a escolha do dirigente de uma universidade seja feita com uma participação externa muito pequena".

"Para fazer o que deseja, o Reitor precisa de respaldo"

"O Reitor deve funcionar como um catalisador. Ele deve ir aos lugares e discutir com as pessoas, debater as questões gerais, tentar resolver problemas. Funcionar mais como um gerador de idéias para que a universidade comece a discutir. Para conseguir verbas, vou a Brasília e aperto o Ministro".

• **SOCIEDADE:** "Temos uma universidade com uma estrutura profundamente separada dos interesses gerais do País. Para transformar isso, tenho que fazer a universidade assumir compromisso profundamente social."

Suzana Naiditch



Angela Sanders

Um susto pelo bombardeio de críticas, apesar da boa notícia.

*Sul perde sua melhor revista econômica, enquanto
ressurge uma, especializada em política.*

Em Canoas, breve outro jornal

RBS suspende o Ano Econômico

A Região Sul perde a sua mais completa e abrangente publicação especializada na área econômica. O Ano Econômico/ Informática de 86 chegou a sair, mas a edição do Ano Econômico/ Exportações, que já começava a ser preparada; do Ano Econômico/ Balanço de Empresas, e mais uma edição do Informática, que sairia este ano, foram suspensas. Na história não muito bem contada pela direção da RBS, a publicação da Zero Hora Editora Jornalística volta. Não se sabe quando. O fato mais concreto até agora — e nada a favor dessa volta — é a desativação de toda uma estrutura própria e a transferência dos profissionais para outros setores da empresa.

Os dois andares e meio ocupados pelo Ano Econômico no prédio da Sete de Setembro, 707, passam para o comercial de Z. H. (o jornal). O setor mantinha 16 profissionais fixos, entre comercial próprio e redação, e ainda cerca de 15 repórteres "free-lancer" a cada edição. Depois de dois números lançados pela antiga Coojournal, em 79 e 80, a Zero Ho-

ra comprou em 81 os direitos de publicação da revista. Em 1982, ela se subdividiu em Balanço de Empresas e Exportações, e em 83 surgiu o Ano Econômico/ Informática.

A classe empresarial principal público leitor, vai sentir muita falta da publicação. E quem afirma é nada menos do que Luís Otávio Vieira, presidente da Federação das Indústrias do RS, que espera que a direção da RBS "repense a questão". Afinal, principalmente como o Balanço de Empresas, dando uma visão ampla e analítica do comportamento de mais de 3 mil empresas da Região, a revista, certamente, fornecia subsídios para importantes decisões. Os veículos especializados a nível nacional não analisam com a mesma profundidade a economia sulina.

História mal-contada

Se a revista, pela sua qualidade, já tinha muito bem conquistado o seu público leitor, ficou difícil aos próprios profissionais que a faziam entender o por-

quê da suspensão. E se volta — como diz, sem maiores explicações, a direção da empresa —, mais difícil ainda é entender a completa desativação de toda uma estrutura própria.

A direção da RBS demonstrou bastante indisposição em dar uma resposta. O diretor comercial Madruga Duarte negou-se a prestar qualquer informação, dizendo que a única pessoa autorizada a responder pelo assunto era o diretor-superintendente Marcos Dvoskin. Mas esse por sua vez, mostrando-se profundamente irritado por ter que falar na questão, esquivou-se de fornecer informações mais precisas.

Sobre suspender a publicação, disse apenas que, em função das medidas econômicas do Governo, "é preciso esperar para ver o novo comportamento do mercado", sem dar qualquer previsão de data sobre a possível volta da revista. Quanto à desativação do setor que funcionava no prédio da Sete de Setembro, Dvoskin respondeu, em tom agressivo, que são questões internas da empresa.

Mônica Izaguirre

Com democracia volta Parlamento

Depois de 18 meses sem circular, **Parlamento** — Revista de Política — voltou em janeiro deste ano impulsionada por um grupo "com novas idéias para os novos tempos", como diz seu diretor-editor, José Barrionuevo. "Uma revista sem compromissos ideológicos, independente, voltada para a ciência política, com P maiúsculo". Após 13 anos atuando dentro das limitações políticas da época, ela se viu despreparada para os tempos de abertura democrática.

Barrionuevo afirma que os políticos sentiam a falta de uma publicação especializada para o debate das grandes questões institucionais e políticas. Ele compara, por exemplo, com os advogados que dispõem de várias publicações específicas.

Parlamento tem uma tiragem de 50.000 exemplares e circula em todo o Brasil. 30 mil são enviados por mala-direta para todas as câmaras de vereadores, prefeitos, assembleias legislativas, secretarias de Estado, Câmara e Senado Federal, federações de indústrias e os maiores empresários do país, além da venda em banca que, segundo dados do setor de circulação e distribuição, superou em muito as expectativas.

TESES NACIONAIS

"Lê Parlamento quem governa, quem decide e aqueles que se preocupam com o futuro institucional do país, do estudante ao Presidente da República". Segundo Barrionuevo é uma revista para uma elite econômica e intelectual. A proposta não é apresentar uma revista para o consumo popular. Muito menos regional, ressalta, "ela é apenas feita no Rio Grande do Sul, pois as teses são nacionais. Temos correspondentes no Rio, em Brasília e pessoas de todo país como Bolívar Lamounier, Alexandre Garcia, Jânio de Freitas, Villas-Bôas Corrêa, Hélio Silva, Raymundo Faoro e Newton Carlos."

José Barrionuevo considera que Parlamento foi a primeira revista que analisou a questão dos militares no poder com profundidade: "Ai se distingue uma revista mensal, da semanal e dos diários. Sobre os militares, foram 30 páginas examinando o assunto "sem nenhuma prevenção contra o Exército, abrindo espaço para que os militares se manifestassem, e analisando que a missão lhes cabe".

Parlamento sempre levanta um assunto como tema principal. Isto, para seu diretor-editor, permite que ela seja guardada de um ano para outro como fonte de pesquisa: "Nós não vamos ao sabor do imprevisto, do interesse eleitoral que são as manchetes num ano como 86. Nós fugimos do momentâneo. Procuramos analisar as questões com profundidade buscando a opinião de pessoas que possam oferecer subsídios permanentes".

Lucio Flávio Haeser

Folha de Canoas: antigo projeto vira realidade

Um projeto elaborado por três canoenses, que se formaram em jornalismo pela Unisinos, em 1982, sal da gaveta, toma forma de um tablóide com 16 páginas e começa a circular no próximo dia 20 de maio. Na terra que fica conhecida como "o lar dos picaretas em jornalismo", a **Folha de Canoas** promete muito profissionalismo e desponta como o veículo que pode mudar a imagem da imprensa canoense.

O trabalho de conclusão das então estudantes Marilene Leite, Eloá Madruga e Rosa Maria Pitsch mostrou que, em 82, 52% dos leitores canoenses estavam insatisfeitos com os jornais locais: **Timoneiro**, **Jornal da Cidade** e **Gazeta de Canoas**, todos semanários. As críticas mais comuns apontavam pouco conteúdo, baixa qualidade de impressão, parcialidade na linha editorial e falta de atualidade no noticiário.

Segundo a jornalista Marilene De Zotti, uma das quatro diretoras e editoras do novo jornal, tal quadro resulta do fato de Canoas sempre ter sido "o lar dos picaretas" no ramo. E ela baseia sua afirmativa nos mais de dez jornais que surgiram e logo desapareceram ao longo dos últimos dez anos, quase todos iniciativas de pessoas não ligadas ao jornalismo, mais preocupadas em fazer dos veículos um negócio lucrativo do que um órgão a serviço da comunidade.

BOM MERCADO

Por outro lado, Canoas é o 15º mercado leitor em potencial do interior do País e o 31º se contadas as capitais, segundo a revista **Marketing**, de abril de 82. A cidade deve pelo menos ter mantido essa posição desde 82, considerando o aumento da população, que hoje atinge os 300 mil habitantes.

Com um mercado tão promissor

exigindo mais qualidade e uma imprensa que deixa muito a desejar no entender da equipe estava mais do que na hora de bofear o projeto da **Folha de Canoas** na rua, antes que algum forasteiro ocupasse esse espaço. Atualmente com dois veículos, os semanários **Timoneiros** e **Radar**, "o perfil de nossa imprensa ainda é o mesmo descrito pela pesquisa de 82", diz Marilene Leite.

Buscando uma melhor qualidade de impressão e uma circulação não restrita ao centro da cidade, o processo gráfico do novo jornal será feito na Zero Hora, numa tiragem de 10 mil exemplares inicialmente. O bissemanário sairá às terças e sextas-feiras, pelo Ponto e Vírgula Assessoria de Comunicação Social. Além de Marilene, Marilise e Rosa Pitsch, também participa do projeto Maria Angela Damian.

VOLTADO A COMUNIDADE

Fazer mais um jornal numa cidade próxima da Capital, onde penetra com muita facilidade a grande imprensa — diga-se Zero Hora — não assusta às quatro jornalistas. Elas acreditam que hoje a tendência do leitor, é, cada vez mais, buscar a informação regionalizada, notícias de sua própria comunidade. "E a proposta é justamente estreitar laços com a comunidade, com profissionalismo e qualidade".

A sustentação do novo veículo também não preocupa. Conforme as editoras, o jornal vai no mínimo se pagar, graças a excelente aceitação que vem tendo, junto a anunciantes locais antes mesmo de ser lançado. Os pequenos comerciantes, por exemplo, demonstram preferência por um veículo da comunidade. "Afinal anunciar em Zero Hora sai dez vezes mais caro e atinge um público que não interessa a esse tipo de anunciante", alegam as jornalistas.

Mônica Izaguirre

Ana Luiza Freitas



Maria Inês: explicando as dificuldades

Gráfica da UFRGS: ainda os problemas

As agendas da UFRGS deste ano, encomendadas pela Reitoria à Gráfica da Universidade só foram concluídas no final de abril. Este fato serviu para, novamente, levantar uma velha questão: a ineficiência da gráfica, que tem se caracterizado por constantes atrasos nas entregas dos trabalhos solicitados.

Vinculada diretamente ao gabinete do Reitor, a gráfica, que ocupa todo o 2º andar do prédio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, na rua Jacinto Gomes, tem como Diretora Maria Inês Mala Leite. Há um ano no cargo, depois de quatro como revisora, Maria Inês tem argumentos de sobra para justificar o mau funcionamento e rebater as críticas. Segundo ele o grande problema é o equipamento. Com um setor de acabamento totalmente obsoleto e sem nenhuma prensa de mesa, a diretora afirma que os trabalhos só podem ser realizados no prazo exigido se encomendados com bastante antecedência. "Demora mas sai" afirma ela, enquanto explica que o problema se tornou ainda mais grave a partir de 83, quando o presidente Figueiredo, através de Decreto-Lei, proibiu as gráficas de Universidade comparem novos equipamentos, para evitar a concorrência com gráficas comerciais.

SEM REVISORES

Como se não bastasse o equipamento ultrapassado, o número de funcionários é insuficiente. A gráfica, que existe há 32 anos, tem atualmente 27 funcionários. Para Maria Inês, seriam necessários, no mínimo, mais nove: um na composição, três programadores visuais, um montador e um retocador de fotolitos, além de mais três funcionários no setor de acabamento. "A tipografia, com uma equipe muito boa, é a única coisa que realmente funciona aqui" afirma Maria Inês, contando que há um ano a gráfica não possui nenhum revisor. Isto é, desde que ela foi promovida.

O salário muito baixo (média de Cz\$ 1.800,00 para 8 horas diárias) além de não pagamento de horas extras explica a falta de pessoal qualificado e o verdadeiro "entra e sai" no quadro de funcionários. Para agravar ainda mais a situação, a diretora afirma que estão proibidas as contratações até a metade do ano.

Como último grande problema, Maria Inês aponta a indefectível falta de verbas na UFRGS: o orçamento para 86 é de Cz\$ 150.000,00. Uma caixa de filmes 50x60 cm, que dura 2 meses, custa Cz\$ 6.000,00.

Outros problemas

Quanto ao caso das agendas, a diretora afirma que além de todas as dificuldades habituais existiram outros graves problemas. Ela conta que em agosto de 85 pediu à Reitoria o material (conteúdo e ilustração) para que fossem feitas a programação visual, a montagem e a composição. O material só chegou à gráfica em fevereiro, e, em março, as 2 mil agendas foram impressas. Depois de tudo pronto, foram constatados erros em diversos textos, que vieram prontos da reitoria, e 10, dos 23 cadernos de cada agenda, foram destacados e reimpressos em outra gráfica por falta de dinheiro e necessidade de maior rapidez no serviço. Finalmente, em abril, estavam sendo feitos os trabalhos finais, e as agendas eram prometidas para os últimos dias do mês. Além destas, outras 20 mil agendas de bolso foram feitas na gráfica este ano.

Mas, nem só as agendas do Reitor enfrentaram problemas. O Três x Quatro, que é impresso atualmente em Zero Hora, há alguns semestres teve 2 edições feitas na gráfica da Universidade. Segundo Maria Inês, houve problemas na revisão, de responsabilidade de professores e alunos, atrasando todo o trabalho da gráfica, que necessita de um esquema muito especial para poder imprimir o Três x Quatro. Além disso, garante a diretora, a impressão do jornal na Gráfica da Universidade não é muito racional, pois o seu custo se torna muito alto por não haver bobinas nem rotativas.

Eilon Berbigier

Nasce na Faculdade um novo espaço cultural

Numa iniciativa do professor Joaquim da Fonseca, alunos poderão expor sua produção artística

Um novo espaço cultural surgiu neste semestre na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS, por iniciativa do professor Joaquim da Fonseca, da área de comunicação visual gráfica do Departamento de Comunicação.

É um espaço para exposições, montado no saguão do 4º andar do prédio da FABICO, junto à entrada da biblioteca, que se destina a mostrar trabalhos de alunos, ex-alunos, professores e, mesmo, de pessoas da comunidade, artistas famosos ou não.

A idéia, segundo o professor Joaquim da Fonseca, surgiu da necessidade, constatada por ele e pelo professor Flávio Cauduro, entre outros colegas da área, de que as produções artísticas dos alunos não ficassem restritas, como até aqui, ao conhecimento dos professores e de pequenos grupos de colegas, nas salas de aula.

O próprio Fonseca está emprestando painéis, com os quais, a título de estímulo, montou a primeira mostra, 30 anos em cartaz, onde comemorou os 30 anos de carreira profissional que está completando neste ano.

A exposição mostrou cartazes produzidos pelo "designer" gráfico desde a década de 1950 até hoje, propiciando uma cla-

ra avaliação de como evoluíram as técnicas por ele empregadas no decorrer desse período.

As exposições se sucederão, no novo espaço, por períodos de quinze dias para cada autor ou grupo de autores. Estão programadas para as próximas semanas obras do ex-aluno da FABICO Carlos Iotti, depois de encerrada a mostra de trabalhos de Millor Fernandes, publicados na revista Isto É.

QUEM É QUEM

O professor Joaquim da Fonseca é natural de Alegrete e diplomado em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1959.

Sua primeira experiência profissional ocorreu ainda enquanto estudante, a partir de 1956, na hoje extinta Revista do Globo, da qual foi sucessivamente ilustrador, planejador gráfico e chefe de redação.

Afora artista plástico com expressão em desenho e pintura, Fonseca é consultor em design gráfico e em embalagens.

Como professor, além da UFRGS, onde está desde 1975, já atuou na Unisinos e na Universidade Federal de Santa Maria. Foi bolsista do programa LASPAU — Fulbright, programa de pós-graduação entre universidades latino-

americanas e norte-americanas, de 1980 a 1983, obtendo o diploma de "Master of Fine Arts" e atuando como coordenador de design gráfico, na Syracuse University, dos Estados Unidos, na qual realizou planejamento gráfico, ilustrações e produção de publicações oficiais.

No Brasil, Joaquim foi diretor de arte da MPM Propaganda, atuando em Porto Alegre e São Paulo, durante cerca de 10 anos. Trabalhou, também, na mesma função, na Escala Propaganda, em Porto Alegre, e na Esquire Publicidade, no Rio de Janeiro e criou, juntamente com Flávio Cauduro, o estúdio de consultoria Novum Design Studio, responsável, entre outros projetos, pela programação e implantação da imagem visual das 18 empresas do Grupo Hansen, de Santa Catarina, e pela normalização das embalagens da linha de produtos veterinários dos Laboratórios Noli, de Porto Alegre.

Entre outras atividades ainda, o professor Joaquim, que fez parte do "Grupo Bode Preto", formado por pintores rio-grandenses, tem desenhos e pinturas em exposições no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Estados Unidos.

César A. Gazzaneo

Casa Sol, uma Comunicação Alternativa

A professora Laury Garcia Job, utilizando-se de técnicas de comunicação alternativa, realiza um trabalho de Relações Públicas na praia de Capão Novo que lhe permitiu receber o Prêmio Opinião Pública de 1985 na categoria de "Outras Campanhas — Relações com Clientes".

Desde 1982, como Diretora de Relações Públicas da empresa Capão Novo Empreendimentos Imobiliários, Laury precisou desenvolver seu trabalho com poucos recursos. "No início, pela falta de verba para divulgação, precisávamos recorrer a outras técnicas", diz ela, "foi no verão de 1984, que criamos a "Festa do Sol".

Esta programação é planejada para os meses de janeiro e fevereiro, onde são desenvolvidas atividades esportivas, sociais, culturais e religiosas. O público visado é o veranista, desde a criança até o velho, por isso o dia inicia às 8h da manhã, com a Ginástica à Beira-mar e só termina após as 22h com o diário "Show das Dez".

Casa Sol

Para que houvesse um maior entrosamento entre os veranistas, e para que a divulgação fosse barata e eficiente, criou-se o sistema "Casa Sol". "Cada quadra tem a sua "Casa Sol" que se responsabiliza por distribuir material informativo entre os veranistas da quadra", diz Laury.

Além deste sistema, Capão Novo conta atualmente com a sua Central de Informações, o Boletim Informativo o Mural para Recados, o Placar de Informações e um carro com sistema de

som. Tudo isto para divulgar o que a praia oferece.

Laury salienta que o sucesso de seu trabalho também ocorreu porque há uma integração entre as áreas de comunicação.

Bons Resultados

Para Ana Luiza Freitas, veranista de Capão Novo desde 1983, a praia sempre foi um investimento bem planejado: "O planejamento se vê que foi bem feito. Recebemos mapas e boletins da praia, existem atividades variadas todos os dias durante o verão como cursos e shows".

A veranista recorda que o show de abertura da temporada foi muito bonito com uma apresentação da OSPA ao ar livre e que todas as atividades foram gratuitas.

A professora da disciplina de Comunicação Alternativa da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Martha D'Azevedo comenta que a experiência é inovadora e que o resultado é muito positivo. "O que a professora Laury está fazendo na praia de Capão Novo pode ser feito em muitas outras instituições. Essa idéia "Casa Sol" é ótima porque o símbolo é forte", diz Martha.

A professora Martha salienta que conhece experiências deste tipo que foram desenvolvidas em bairros e vilas mas em praias ela nunca havia visto, para ela a idéia "Casa Sol" é genial.

Karla Maria Muller

Ana Luiza Freitas



O espaço criado por Fonseca fica ao lado da biblioteca

Imprensa

■ A dois passos do piso salarial. A Comissão de Legislação do Senado aprovou em oito de maio o projeto do ex-deputado Audálio Dantas, que já havia recebido o "sim" da Câmara dos Deputados. O projeto estipula piso salarial para jornalista no valor seis salários mínimos na capital do País e nas capitais de Estados com mais de 900 mil habitantes; de cinco salário mínimos nas capitais com população inferior a 900 mil habitantes e nos municípios do interior 250 mil habitantes; 4 mínimos nos municípios com população entre 100 e 250 mil habitantes de três salários mínimos nos municípios entre 50 e 100 mil habitantes. Dois passos já foram dados. Faltam mais dois: a difícil aprovação no Senado e a sanção do Presidente José Sarney. A Comissão aprovou ainda a aposentadoria para a mulher jornalista aos 25 anos de trabalho.

■ A Censura dos Notáveis. A Comissão Provisória de Assuntos Constitucionais aprovou no dia seis de maio uma proposta que reestabelece a censura aos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão. O projeto, que será incluído no anteprojeto de Constituição que a comissão deverá encaminhar ao Presidente Sarney, em agosto, é mais uma proposta da Comissão dos Notáveis (a mesma que está tentando pôr fim à obrigatoriedade dos di-

plomas de jornalista). Diante deste retrocesso na legislação brasileira específica neste assunto, o jurista e integrante da Comissão, Miguel Reale Jr. disse que para a decretação do estado de alarma terá de haver uma situação realmente grave no País. O projeto coloca que "durante o período de Estado de Sítio estarão suspensos todos os direitos fundamentais do cidadão e as suas garantias individuais". Um texto bastante conhecido há alguns anos, numa época muito marcante no Brasil. Mais uma vez, a constituição que se pretendia que fosse clara e acessível, é confusa e aberta a diversas interpretações. Afinal, quem define o que é uma situação "realmente grave"?

■ Volta o Correló do Povo. O empresário gaúcho Renato Ribeiro adquiriu a maioria das ações da Companhia Jornalística Caldas Júnior e anunciou para breve o retorno do mais tradicional Jornal gaúcho. O industrial e empresário agrícola já havia negociado uma propriedade rural de Breno Caldas, o que facilitou a transação. Ribeiro adquiriu 99% da TV Guaíba, 98% das rádios AM/FM e 68% da Empresa Jornalística, ou seja, tudo o que pertencia a Breno Caldas. A sua primeira providência foi saldar todas as dívidas trabalhistas — Cr\$ 23 milhões.

Laura Seligman

Ufrgs repudia fim do diploma

No dia 30 de abril o Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa (Cocep) da UFRGS aprovou proposta da professora Maria Helena Weber de enviar ao Conselho Federal de Educação e ao Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos de Mello Franco, uma nota protestando contra a extinção do diploma para o exercício profissional na área de comunicação. A íntegra da nota: "O Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul quer se manifestar contrariamente a qualquer decisão que tenha sido tomada pela Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, referentes a não exigência do diploma obrigatório para o exercício das profissões da área de comunicação (Jornalismo, Propaganda e Relações Públicas), como vem sendo divulgada pelos meios de comunicação de to-

do o país.

Esta decisão parece contrariar e desconhecer os estudos e reformulações que têm fortalecido a área de conhecimento da comunicação bem como a atuação dos profissionais a ela vinculados, como intermediários de questões sociais, políticas, econômicas, culturais, educacionais e outras.

A exigência de diploma incentiva a liberdade de opinião, valoriza a educação e representa uma conquista da sociedade quanto à qualificação do exercício profissional da área de comunicação. Acreditamos que qualquer decisão a respeito de modificações, conforme estas que vêm sendo divulgadas envolvendo a extinção de diplomas, exige a participação direta da Universidade, no sentido de equilibrar interesses acadêmicos e profissionais. Assinado, Francisco Ferraz, reitor."

Textos Maria Beatriz Andrade

Desde a invenção da Daguerreótipo até hoje a dificuldade continua a mesma: falta escola para formar em fotografia

Fotografia, arte de fixar o real



ARQUIVO 3x4

Em 1922 era assim...

Hentschke: muito trabalho e boas fotos

Rudy Hentschke, 65 anos, fotógrafo amador, posteriormente repórter fotográfico independente e hoje aposentado conta como tudo começou: "Eu admirava o trabalho de Ed Keffel, da Revista do Globo, na década de 50". "O trabalho dele", continua Rudy, "era de nitidez e originalidade incomuns". "Mostrava-se sempre uma cena do cotidiano que falava por si mesma — então senti vontade de imitá-lo e fazer boas fotos".

E foi a admiração pela fotografia de Keffel, que levou Rudy a se tornar fotógrafo. "No princípio era um 'hobby', pois tinha outra atividade principal — e aprender fotografia na Porto Alegre de 1960 foi muito difícil". "Não havia cursos, e a literatura a respeito era precária — a não ser a revista 'Tria'".

Rudy não teve outra saída, a não ser procurar um fotógrafo que lhe servisse de professor. Conseguiu tornar-se aluno de um assistente de Olavo Dutra, que então era dono de um grande estúdio, e fotógrafo oficial dos governadores. O pagamento era por hora, e as aulas eram à noite, depois do expediente — incluindo noções de luminosidade, enquadramento, revelação e ampliação.

"Naquela época, comprávamos nossos produtos químicos em farmácias, a granel, ou na antiga Casa Bergmann — que vendia artigos fotográficos — e ainda hoje existe, trabalhando outro ramo na Galeria do Rosário". "Minha primeira câmera comprada usada de meu professor, era um tripé de madeira, que se transformava em amplificador". Rudy conta que trabalhava com chapa de vidro despolido, que enquadra e fornecia a nitidez do plano, com a imagem invertida. Depois de focalizar ele fechava a retrava o despolido, e colocava no lugar a chapa-negativo emulsionada.

Mas isto não durou muito tempo. No mesmo ano ele adquiriu sua Kodak com filme em rolo. A Câmera admitia filme 6/9 cm., com oito poses. No decorrer dos anos, Rudy aperfeiçoou seu estilo, sempre se inspirando em Keffel. Seu trabalho dava prioridade à luminosidade, expressão e espontaneidade. "O que mais me atraiu eram as crianças e a natureza". E foi com esses dois temas que ele obteve sua primeira premiação, em 1980 com a foto "Relâmpago" e a segunda e terceira, respectivamente, com "A menina e o cão", e "A menina esperando o barco".

Entre os trabalhos de reportagem, Rudy lembra que acompanhou Vargas, em 1963, numa viagem do então Presidente ao interior do Rio Grande do Sul. Todas as fotos foram vendidas e publicadas.

A febre da fotografia iniciou em 1839, com a comercialização da Daguerreótipo — aparelho primitivo de fotografia inventado por Louis Daguerre — pintor e físico francês — e que se compunha de dois estojos que se encaixavam, um dentro do outro, para focalizar a objetiva na tela de vidro despolido atrás.

Gradualmente, a fotografia tomou o lugar daquilo que fora antes uma das principais funções da arte: registrar com precisão a informação visual. Em vez de ter os retratos pintados, descobriu-se que a mesma projeção social poderia ser obtida com o similar fotografado — que além de mais rápido, era mais barato.

EVOLUÇÃO

A maioria dos princípios básicos da óptica e da química que permitiram a invenção da fotografia já eram conhecidos muito tempo antes de se obter a primeira imagem fotográfica, por volta de 1826. No tempo de Aristóteles, por exemplo, já se conseguia o fenômeno da produção de imagens pela passagem da luz através de um orifício.

Durante a Renascença, acrescentou-se uma lente a esse orifício — a fim de melhorar a qualidade da imagem — e a "câmara obscura" começou a se tornar cada vez menor, até se transformar em algo portátil.

Em 1604, o cientista italiano Angelo Sala já havia observado o escurecimento de um certo composto de

prata por exposição ao sol. Mas permanecia o problema de como interromper tal reação, de forma que a imagem não desaparecesse. Em 1819, John Herschell criou um fixador — composto de hipossulfito de sódio. Em torno de 1829, Joseph Niépce consegue as primeiras fotografias estáveis.

Nas décadas que se seguiram à invenção de Daguerre, cientistas e fotógrafos associaram suas habilidades para aperfeiçoar os equipamentos e melhorar as técnicas anteriores. Em 1838, George Eastman introduziu o filme celulóide, em rolo. As primeiras câmeras, experimentais, evoluíram para sofisticados instrumentos, graças à química e à mecânica. Lentes capazes de tornar moléculas visíveis, filtros para dissipar bruma, produtos químicos, obturadores com rapidez suficiente para fotografar uma bala de revólver em movimento — como se estivesse parada — e métodos de coplagem que transformam instantâneos em clássicos domésticos.

EQUIPAMENTO

Diferente dos demais formas de comunicação visual, a fotografia se distingue por permitir registro detalhado de acontecimentos que ocorrem em frações de tempo, breves demais para que o olho humano possa apreciá-lo adequadamente. Porém, há detalhes importantes que se precisa conhecer para adquirir um equipamento fotográfico. O primeiro é o de que a qua-

lidade das fotos não vai depender apenas do desempenho da câmera; ela é também devida à habilidade de saber utilizar o equipamento, ter uma boa visão do interessante — escolha da posição do horizonte, equilíbrio entre os elementos da composição — bem como da qualidade da revelação e ampliação — que é o momento do processo fotográfico muito mais ligado à criação, do que a técnica.

As câmeras de objetiva fixa, apesar de não serem tão versáteis como as de objetivas intercambiáveis, podem propiciar fotos criativas e de boa qualidade. Também chamadas de visor direto, isto é, visores com sistema ótico independente da objetiva — são as de operação mais simples, menores, e geralmente mais baratas. Existem duas espécies de câmeras de objetiva fixa: as que empregam filmes em cartuchos — câmeras 110 ou 126 e as que usam filmes de 35mm, de formato maior. Comprada pela maioria das pessoas para fotografar sua família, são mínimas as partes móveis desse tipo de câmera, por isso raramente apresentam defeitos.

Já a monorreflex — SLR, do inglês single lens reflex — 35mm, incorpora um espelho e um prisma, que permitem ver a cena através da mesma objetiva que faz a fotografia. O que se vê no visor, é a imagem que será fotografada. Isto a torna mais cara, porém amplia seu potencial e admite uma infinidade de acessórios. Para quem tira apenas algumas fotos por ano — férias e comemorações familiares — uma câmera de visor direto poderá ser mais do que suficiente. Mas, quem quer usar várias objetivas, então precisa de uma monorreflex.

Agência: uma boa alternativa hoje

Luiz Antônio Guerreiro, 32 anos, presidente da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Rio Grande do Sul, na profissão há 15, visitou, em 1980, o "Corriere de La Sera", jornal de maior tiragem na Itália. Sabendo de antemão que o jornal possuía 30 profissionais de fotografia, constatou que só restavam três.

Investigando o assunto, Luiz Antônio descobriu, do editor chefe, a seguinte explicação: "é mais viável trabalhar com agências que, por iniciativa própria vinham vender o peixe, oferecer o trabalho às vezes pautado por elas mesmas. Uma outra opção, explicou-lhe o editor, era contratar a agência por serviço, por pauta, o que libera a empresa dos custos com um quadro próprio de pessoal.

Após retornar, Luiz Antônio começou a trabalhar em cima da idéia, até abrir a Objetiva Press, há quatro anos, como uma alternativa no mercado de trabalho. "Eu me considero independente — a agência toda é uma alternativa. A dificuldade que vejo nisso, é que os jornais brasileiros ainda não acostumaram usar os serviços de uma agência como melhor forma de trabalho. Mesmo assim, a Zero Hora, por exemplo, contrata os trabalhos da agência inúmeras vezes, por falta de fotógrafos, quando todos têm pauta para fazer e surge alguma coisa. Outras vezes, porque a gente telefona e vende algum produto que se tem".

Não há escola

"A situação do fotógrafo não é regulamentada — essa profissão simplesmente não existe. Há o repórter fotográfico, que é uma função dentro do jornalismo, mas se não tiver o vínculo empregatício, ele não consegue a regulamentação".

Segundo Luiz Antônio, no Brasil não existe uma escola para fotografia jornalística. Os profissionais que estão no mercado são auto-didatas. De cada jornal, talvez dois sejam formados em jornalismo — mas o currículo da faculdade não permite um conhecimento abrangente na área da fotografia, como deveria, diz ele. "Eu acho a técnica muito importante, embora em jornalismo haja grandes fotos feitas por amadores — o que interessa é o momento, o flagrante. Há capas de revistas internacionais, fora de foco. Para a foto publicitária, no entanto, a técnica é fundamental".

A Objetiva Press fez cobertura do Rock in Rio para Zero Hora. Jornal do Comércio, N.H. de Novo Hamburgo e Pioneiro de Caxias do Sul. Com isso, reuniu grande quantidade de material, com fotos de Luiz Antônio Guerreiro e

Marcelo Ruschell, e que foram expostas no Shopping Center Iguatemi de Porto Alegre. Posteriormente, Roberto Medina comprou os direitos de expor as fotos, através da ARTPLAN, empresa que fez o Rock in Rio, e a levou para o Cassino Atlântico, no Rio. Daí, ela foi para Brasília, e atualmente ainda está rodando pelo interior do Estado, a exemplo do que acontecia com as exposições da Caldas Júnior.

Alternativas

Falando sobre a situação do fotógrafo hoje, Luiz Antônio diz que o mercado é grande, mas está faltando iniciativa dos repórteres fotográficos, de trabalhar a nível de agência, e não ficar só na expectativa de um vínculo empregatício. "Eu não entendo o repórter fotográfico que trabalha em jornal, e no final do expediente abre o armário, guarda a máquina e vai para casa. Eu acho que ele tem que andar o dia todo com a máquina. Ela é a memória dele, a visão dele, é tudo dele".

A agência de fotografias Objetiva Press tem seis fotógrafos fixos para o dia-a-dia, além de contratar o trabalho de profissionais free-lancer, que são pagos de acordo com tabela do sindicato local. Para uma foto de capa internacional, a agência cobra 808 cruzados, se for página interna, 404 cruzados, mais o custo da transmissão. Uma foto exclusiva pode chegar a 20 mil cruzados — tudo depende da importância e circunstâncias da foto.

O fotógrafo de agência não foge do trabalho de laboratório, apesar de ter laboratorista. Exemplo disso foi o festival de cinema de Gramado, que a Objetiva Press cobriu para jornais do centro do País, e que representou, no mínimo, a transmissão de sete fotos diárias por telefoto. Isso exige que o fotógrafo, após obter a foto, revele, copie e transmita. O aparelho de telefoto é portátil, alugado da UPI por concessão de contrato anual — e cada foto em preto-e-branco é transmitida em sete minutos para qualquer lugar do mundo.

Para montar uma agência fotográfica hoje, com uma boa infra-estrutura referente a equipamento, arquivo, pessoal, seria necessário um investimento da ordem de 500 mil cruzados, embora quem trabalha com fotografia sempre dá um jeito de ter seu próprio equipamento, e que é o que se exige para montar uma agência.



Objetiva Press



Hoje a agência trabalha para um ou vários órgãos ao mesmo tempo como aconteceu durante o Rock in Rio e Gramado

TV Pampa põe no ar novo jornalismo

O Jornal Meridional veio com a proposta de um tratamento mais detalhado à notícia

O telespectador gaúcho tem uma nova opção desde o dia 12 de maio: é o Jornal Meridional, produzido pela TV Pampa e com a participação de profissionais egressos da RBS TV. Este telejornal promete ocupar um espaço não explorado pelas emissoras locais, tanto em relação ao horário como ao tratamento dado à informação.

O editor-chefe de telejornalismo da TV Pampa, Paulo Martimbianco, considera que a "ampliação de mercado é um desafio profissional, porque precisamos de respostas positivas do público e devemos mostrar aos empresários que o investimento terá retorno". O jornal tem todas as condições de ser bem sucedido: o horário, entre 22 e 23 horas, é potencialmente mal aproveitado; além disso, ele representa um aumento na já conhecida programação local.

Paulo Martimbianco enfatiza que o formato e o conteúdo do novo jornal será solto, com reportagens de aproximadamente dois minutos, enriquecidas com entrevistas de estúdio, debates, comentários e uma produção dos repórteres que pode variar entre 25 e 30 minutos. "A nível de produção local, a Pampa tem mais liberdade de criação que a RBS. A Globo baixa normas de conduta para os telejornais, o que não ocorre com a filiada da Manchete", salienta.

Quanto ao fato do nome do jornal ser Meridional, o editor diz que ao ser contratado o nome já estava estabelecido. A relação quanto ao nome do jornal e o patrocinador (Banco Meridional) é óbvia, mas insere-se dentro do contexto da televisão como meio empresarial. A sobrevivência de canais de expressão, como o novo jornal, não escapam desta realidade.

O tratamento dado à informação, esclarece Martimbianco, será diferenciado e abrangente, trazendo sempre que possível a notícia para dentro do estúdio. "A acomodação devido ao monopólio do mercado de trabalho refletiu nas pessoas de forma negativa, diminuindo a discussão em torno do exercício profissio-

nal. Nós, ao contrário, buscamos uma maior participação de toda a equipe, desde o cinegrafista até o apresentador", disse o editor.

Athaides Miranda, que foi repórter da RBS, não guarda mágoas deste período, mas considera que não foi valorizado como deveria. "Assim que fui convidado pela Pampa, aceitei porque era a proposta de um jornalismo diferente, com mais conteúdo, boas pautas e matérias de até cinco minutos. Já preparei uma sobre a crise do Rio Grande, onde o meu trabalho teve uma exigência e participação maior", observa.

Se para Athaides a mudança de emissora representou a oportunidade de criar com mais espaço o seu trabalho, para Flávio Porcello não foi diferente. Ele terá a função de se revezar com repórter e apresentador, tarefa que dividirá com Cláudia Nocchi.

Flávio Porcello considera que as mudanças recentes ocorridas no país contribuíram para uma exigência maior na abordagem dos problemas sociais. "Na RBS fiz um trabalho de extremo cuidado, direcionado pela Globo Rio. Como havia uma certa censura que impedia abordar com profundidade os problemas do Rio Grande porque se chocavam com os interesses do governo, muitas pautas sugeridas não foram aceitas", comenta.

A proposta do Jornal Meridional, segundo Porcello, será diferenciada da linha editorial dos telejornais locais. "Eu apresentarei um jornal em que todos nós participamos e redigimos o que pensamos e isto facilitará a resposta do público. Não será um jornal burocratizado, pois o repórter estará dentro do estúdio. Eu e a Cláudia deveremos passar esta mensagem ao telespectador", afirma.

Desde já o telejornal é bem recebido pelos jornalistas gaúchos. Significa uma retomada dos valores locais, pois como disse Porcello, muitas fórmulas nacionais já cansaram e as televisões regionais estão aí para ocupar este espaço.

Kátia Rocha



A equipe do novo telejornal é egressa da RBS TV

No Câmera 10 uma escola de televisão

O jornal Câmera 10, produzido e realizado na extinta TV Difusora, foi a grande escola dos profissionais que atuam em televisão. Entre eles, Lígia Tricot (editora) e Vera Zílio (coordenadora do Jornal do Almoço), que adquiriram nos anos de jornal toda a experiência colocada diariamente na RBS TV.

Embora não contasse com as facilidades de agora, Lígia Tricot considera que a linguagem utilizada antes era mais descontraída e menos mancheteada. A importância do Câmera 10 não se ressaltava apenas pelo seu caráter revolucionário, mas "devido as condições em que trabalhávamos, com filmes, onde era exigido muito mais e a criatividade era essencial" frisou Lígia.

A linguagem utilizada beirava ao coloquial-descontraído, levando ao telespectador a familiaridade com a notícia. Eram utilizados vários apresentadores, que não tinham as facilidades da tecnologia

dos computadores no serviço de leitura ótica. "A linguagem da televisão se tornou rígida e formal devido a censura, e continua sendo assim", ressalta Lígia. Segundo ela, este formalismo nos telejornais feitos atualmente, se deve, no caso da RBS, a "uma opção da linha editorial da casa".

Anteriormente os jornais não tinham opções quanto a sua linha editorial. Devido a censura, os profissionais se acomodavam ou o jornal deixava de existir. Tal acomodação, talvez tenha sido decisiva e tenha se refletido nos telejornais como são feitos atualmente.

A importância da "rebelião" na época do Câmera 10 não pode ser desprezada. Recursos como transformar matérias internacionais em ponta de lança de protestos disfarçados contra a ditadura, são relevantes. O protesto consistia em chamar greves internacionais e dar-lhes um caráter local, não muito específicos para não ser percebidos pela censura, nem muito isentos que não pudessem ser notados por uma parcela significativa de pessoas.

A mudança de estrutura do telejornal, segundo Vera Zílio, se deu globalmente. "Mudou tudo, não tínhamos repórter e do redator (atual editor) era exigido muito mais. O tempo era muito maior, não havia entrevistas gravadas e fazíamos escuta no rádio. O repórter, como entendemos hoje, surgiu apenas na década de 80", ressalta ela.

O avanço tecnológico foi outro fator fundamental na compreensão do processo atual de televisão. Hoje quem não está continuamente acompanhando estas transformações corre o risco de ficar defasado e ser colocado para fora deste processo. O domínio de sua tecnologia é o fator que delimita os caminhos do profissional desta área. "A televisão por ser um veículo novo, determina que o conhecimento de sua técnica por profissionais, os capacite a enfrentá-lo e usá-lo causando a natural autossuficiência", destaca Lígia Tricot.

Somente não houve alteração no caminho percorrido pela informação. Lígia salienta que a informação só é uma coisa de massa quando interessa a quem dirige o veículo. Neste aspecto ela justifica, como editora do RBS Notícias, o modelo ligado ao padrão globo deste telejornal. Não existiria, devido a proximidade com o Jornal Nacional, condições de se distanciar do modelo recebido. "O RBS Notícias tem um estilo semelhante ao Jornal Nacional por opção nossa e por não ser aconselhável uma mudança brusca de um padrão para outro, em alguns minutos de diferença entre os telejornais", disse a redatora.

Atrilado ou não, o telejornal foi capaz de experimentar no curto espaço de dez anos uma mudança intensa, diretamente relacionada com a revolução tecnológica por que passa a nossa sociedade.

Kátia Rocha

RBS forma novos repórteres de TV

De abril a julho deste semestre, em uma iniciativa pouco freqüente, a Rede Brasil Sul de Comunicação está abrindo as portas de seu império na busca de instrumentalizar dez formandos em jornalismo na área de televisão.

A iniciativa da empresa na verdade já tem um ano de elaboração. Neonice Ribeiro, pedagoga e autora do projeto, revela que a princípio foi feita uma análise dos currículos dos cursos de comunicação ministrados pela UFRGS, PUC e Unisinos. O trabalho revelou que a área de mídia eletrônica ocupava carga horária muito reduzida se comparada com a de jornalismo gráfico, o que poderia significar deficiências nos telejornalistas recém-saídos destas escolas. Segundo Neonice, isto justificava a necessidade de um curso que solidificasse conhecimentos de telejornalismo.

A seguir, a emissora traçou um perfil do estudante que estava buscando formar e acabou por defini-lo como alguém "bem informado, de bom texto e extrovertido". A autora do projeto, salientou que "era preciso se conhecer caras novas em frente às câmeras" e delimitou em dez o número de vagas. O curso já começou e se estende por três meses.

SELEÇÃO

A RBS, em reunião com os professores das disciplinas de televisão das três universidades, solicitou então que os departamentos indicassem os estudantes que julgassem em melhores condições de prestar o teste de seleção. Com isso, a empresa acredita estar realizando um trabalho conjunto e democrático com os cursos de comunicação. Na opinião dos alunos da UFRGS, no entanto, a participação

do departamento de comunicação foi restrita e deficiente, pois o curso só começou a ser divulgado oficialmente na véspera do fechamento das inscrições para o teste.

A seleção estabelecida pela RBS, segundo Neonice Ribeiro, foi uma contribuição dos profissionais de telejornalismo da casa, avaliando memória visual, identificação de erros em textos, redação e, em uma etapa posterior, buscando analisar a dinâmica de grupo através de um debate. Os testes foram considerados de caráter duvidoso para o formando Luiz Henrique Fontoura, por exemplo. Em sua opinião, não havia condições de avaliação através das provas propostas, já que elas não mediam o nível de conhecimento do candidato. Neonice, por outro lado, é da opinião de que a tensão vivenciada

pelos 57 candidatos durante a seleção deve ser "uma constante dentro da dinâmica televisiva".

Os dez selecionados nestas etapas, por fim, devem se submeter ao regime de trabalho do curso que vai de quatro a cinco horas diárias, com o pagamento de um salário mínimo em forma de bolsa de manutenção.

PERDENDO PARA A GLOBO

A autora do projeto salienta que a preocupação do curso é preparar profissionais para a TV, e não apenas para a RBS. O gerente de telejornalismo da emissora, Carlos Bastos, no entanto, expõe a dificuldade de material humano disponível no mercado. Isto é, com a perda de 36 profissionais que, num período de três anos, foram contratados pela Globo por seus salários

Ana Luiza Freitas



Neonice Ribeiro, pedagoga, é a autora do projeto

Ana Luiza Freitas



Gregos e Troianos: reinventando Sófocles



Édipo Rei: quando uma tragédia é sucesso

Em sete de setembro de 1985, estreava no Teatro de Câmara "A Verdadeira História de Édipo Rei", texto de Toninho Neto com montagem do grupo gaúcho "Gregos e Troianos". Oito meses depois, em abril de 86, no Teatro do Ipê, a peça encerrava, temporariamente, sua temporada na cidade, consagrada como o segundo espetáculo de maior sucesso do teatro gaúcho, só superada pela histórica "Bailei na Curva". Será que a tragédia de Sófocles ainda interessa tanta gente nos dias de hoje? Na realidade, de verdadeiro a peça dos Gregos e Troianos não tem nada. É exatamente aí que se explica o seu sucesso.

Usando e abusando de personagens gays, o grupo gaúcho, durante uma hora e meia, num palco despojado de cenários, brinca em cima da milenar tragédia de Sófocles e arranca gargalhadas com um humor que ao mesmo tempo em que lembra os Trapalhões é responsável por cenas muito originais. Em determinado momento da peça, no caminho entre Corinto e Tebas, Édipo ouve uma música, enquanto os atores encenam um conhecido comercial de tv: "Busque sempre mais, deixe o resto pra trás e tudo o que você quiser você vai ter, venha para Tebas, Tebas tem o sabor de ser rei". No final, o difícil para o público é lembrar que tudo teve origem numa tragédia.

A Verdadeira História de Édipo Rei é a primeira montagem dos Gregos e Troianos, formado por Antônio Carlos Falcão, Luiz Emílio Strassburger, Cláudia Meneghetti, Pilly Calvin, Oscar Simch, Zé Victor Castiel e Betho Mônaco. O grupo levou dois meses entre as primeiras leituras da tragédia e tentativas de montar um texto, até concluir que era indispensável um escritor para isso. Então foi convidado Toninho Neto, que mora atualmente em S. Paulo.

CRIAÇÃO COLETIVA
"Édipo Rei partiu da idéia de fazer uma

bobagem para adultos como se faz no teatro infantil" define o ator Luiz Emílio Strassburger, que interpreta Édipo na peça. Ator há oito anos e meio, com 16 peças (entre elas Rasga Coração, Esperando Godot, O Que Seria do Vermelho Se Não Fosse o Azul), 60 comerciais de TV, além do trabalho em cinema, Luiz Emílio afirma que o grande trunfo da peça é o elenco, já que, segundo ele, o texto de Toninho Neto, apesar da estrutura muito boa, não chega a ser brilhante. Para o ator a peça é resultado de uma criação coletiva e funcionou muito bem junto ao público: "Édipo é uma comédia de gargalhadas, não de risos amarelos".

Tanto A Verdadeira História de Édipo Rei como Bailei na Curva são comédias. Seria essa a fórmula para o sucesso do teatro gaúcho? Luiz Emílio acha que antes de tudo, as duas peças têm em comum a mesma produção. Para ele a Opus (produtora dos espetáculos) foi fundamental para o êxito da montagem, na medida em que mostrou como se produz profissionalmente, uma coisa muito difícil no Rio Grande do Sul.

Em maio e junho, A Verdadeira História de Édipo Rei cumpre temporada no interior do estado e em julho os Gregos e Troianos partem para Rio e São Paulo. Na capital paulista, o Teatro Igreja está provisoriamente reservado apesar da procura por outro local mais adequado.

Há planos ainda do grupo voltar a Porto Alegre, provavelmente no Teatro São Pedro, que já mostrou interesse em apresentar a peça. Luiz Emílio, antes de se empolgar com a possibilidade de atuar no principal teatro gaúcho, lembra que no São Pedro só são aceitos grupos locais quando o sucesso é garantido. Além disso, afirma ele, a porcentagem de bilheteria dos grupos gaúchos é menor do que a dos de fora do Estado. Mesmo assim, os planos do grupo são de apresentar Édipo Rei até 1987, já que acreditam que haverá público até lá.

Elton Berbigier

A discussão do cinema nacional em Gramado

Foi um sucesso a realização do XIV Festival do Cinema Brasileiro em Gramado. Encerrado o festival, ficam algumas dúvidas sobre o cinema nacional, principalmente sobre a distribuição, mas o saldo é positivo.

O Festival de Gramado tem premiado, através dos anos, filmes condenados ao ostracismo, casos de *Marvada Carne* e *Balano Fantasma*. "A culpa não é do Festival. Este é um problema de distribuição que não nos cabe resolver", diz Romeu Grimaldi, programador de cinemas de Porto Alegre e membro da comissão organizadora do Festival. Esta não é a opinião de Pedro Jorge Castro, diretor do filme "Tigrió". Para ele, "os gaúchos deveriam exigir que o festival garantisse a exibição, pelo menos dos premiados". É difícil. A Embrafilme que foi criada tendo a distribuição como um de seus principais objetivos, não a faz.

"É frustrante você fazer um filme e ele não chegar até o público", diz o ator Luis Fernando Guimarães. No entanto, este não é o problema maior: "O grande erro do cinema brasileiro é que o produtor demora cinco anos pra conseguir grana pra fazer um filme. Na hora de fazer é aquele horror, ele tem de retratar a realidade dos cinco anos. O nosso cinema não consegue falar do cotidiano das pessoas, do feijão com arroz". Luis Fernando acredita que a solução seria simplificar a produção, visando à realização de filmes mais baratos, mas em maior número.

E a qualidade? "Gramado teve um nível excelente este ano. Isto é indiscutível", acredita o crítico cinematográfico Rubens Edwald Filho. E esta não foi uma opinião isolada. Em geral os presentes no Festival ressaltaram que o nível apresentado foi muito superior ao do Festival anterior.

Com um cinema repleto de problemas de toda a ordem, o Brasil vem fazendo cada vez mais festivais. Eles já são mais de cinco pelo país e é importante que eles se realizem. "É uma oportunidade de encontro entre os cineastas", diz José Pedro Goularte, diretor gaúcho. Para ele, a possibilidade de troca de experiências e idéias sobre o cinema nacional é o fato mais importante de um festival.

O ator Nuno Leal Mala concorda com a tese e diz que Gramado é o festival que mais propicia este contato, "por sua organização e sua tradição Gramado é o mais importante festival de cinema do país". Esta foi uma frase muito ouvida por quem esteve presente ao Festival. Os elogios foram gerais, como o da atriz Nicole Puzzi que referiu-se a ele como o "festival mais charmoso do Brasil".

Para os cineastas gaúchos, no entanto, Gramado representa muito mais do que isto. Para Jorge Furtado, diretor premiado de curta metragem *O Dia em Que Dorival Encarou a Guarda*, não existiria cinema no Rio Grande do Sul sem o Festival de Gramado: "O Festival foi fundamental para o nascimento deste cinema gaúcho que hoje está sendo reconhecido no país". Prova deste reconhecimento é que o ator Carlos Alberto Ricelli, astro do longa metragem *Sonho Sem Fim*, ganhador de vários prêmios, ofereceu-se para trabalhar no longa metragem a ser produzido pela dupla Jorge Furtado e Pedro Goularte.

Jorge diz que Gramado lhe despertou o interesse pelo cinema, bem como o de todos que hoje fazem cinema no Estado. "Somos frutos de Gramado", diz José Pedro Goularte. Para ele o "Festival é fundamental, pois tem esta função de despertar talentos".

Ronaldo Nunes

* Depois de passar o verão inteiro mostrando seu show no litoral e interior — apresentando-se quase que todos os fins de semana — o grupo "Engenheiros do Hawaii" co. O lançamento esta previsto para depois da copa e entre as músicas estão "Suite Gardênia", "Crônicas" (já tocando nas rádios) e "Beijo Para a Torcida". O "Engenheiros" é composto por Humberto (vocal), Marcelo (baixo) e Carlinhos Maltz (bateria).

* A exemplo dos cinemas, parece que agora são as salas de espetáculos que descobriram a sessão da meia-noite. Nestes dois primeiros fins de semana de maio, Nei Lisboa apresentou seu show "Lights" no horário alternativo. O espaço foi o teatro da Companhia de Arte,

que num sábado, por exemplo exibiu duas peças (uma às 4h e outra às 9h), além do show do cantor. O público, ao que se viu, aprovou a iniciativa e lotou a sala. Para Nei, a vantagem deste horário é que tanto o artista quanto o público estão mais soltos, o que faz o espetáculo fluir melhor, de forma mais espontânea.

* Alguém pode imaginar um bar, uma sala para dança, vídeo e ginástica e uma livraria, tudo no mesmo lugar? É o que está pintando em Porto Alegre. Com seu nome mantido em segredo — só se saberá pouco antes da inauguração — o novo espaço fica na Protásio Alves, 1132 e abrirá dia 23 deste mês. O idealizador deste "projeto" é José Neto (o ex-Fabicano Zé Neto), que preten-



de criar uma nova opção cultural e novos hábitos. A partir de três salas, Zé Neto está montando uma livraria basicamente de publicações da área de cultura — fotografia, cinema, teatro etc. Junto a esta sala, haverá um bar para que as pessoas que estejam comprando e olhando livros possam sentar e beber ou comer alguma coisa. Além disso, haverá um

terceiro espaço, uma grande sala onde a acontecerão diversas atividades, como mostras de vídeos, palestras, ginástica, dança e até aulas de tênis. Zé Neto acredita que é possível conciliar todas estas atividades fazendo com que as pessoas comecem a se habituar a assistir a um vídeo, comprar um livro e tomar uma cerveja num único lugar.

* Jorge Furtado e José Pedro Goularte, diretores do premiado curta "O Dia em Que Dorival Encarou a Guarda" — sete kikitos em Gramado e o Prêmio da Crítica — já se prepararam para seu novo filme. Eles vão fazer a adaptação cinematográfica do livro "Região Submersa", de Tabajara Ruas, o mesmo autor do conto que inspirou "Dorival". Partindo agora para seu primeiro longa-metragem, a dupla de diretores cogita para o papel principal Carlos Alberto Ricelli, dando preferência também a uma atriz do centro do país para o papel feminino. O elenco será composto de mais de 40 personagens, onde serão aproveitados vários atores gaúchos. As filmagens começam provavelmente no final do ano.